

Quem disse ?

«As eleições não se ganham com sondagens»

António Guterres

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Nº1036 7 OUTUBRO 1999 100\$ - 0,5 €

ACÇÃO SOCIALISTA

Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt



PS retira música da campanha eleitoral

Portugal chora a morte de Amália

O primeiro-ministro decretou quarta-feira três dias de luto nacional em consequência do falecimento da mais prestigiada voz do fado nacional, Amália Rodrigues. Com grande consternação pela notícia da sua morte, António Guterres começou por afirmar que «há figuras que são símbolos de um povo. Amália Rodrigues ficará na História de Portugal como um dos símbolos mais marcantes do povo português. Como primeiro-ministro, curvo-me respeitosamente em sua memória», comunicou ainda o chefe do Governo. António Guterres enviou ainda aos familiares e amigos da maior diva do fado nacional as suas sentidas condolências.

Condolências foram também enviadas aos familiares de Amália Rodrigues pelo presidente da Câmara Municipal de Lisboa, João Soares.

Referindo-se a Amália Rodrigues, João Soares disse que se trata «de uma grande figura do país e antes demais da cidade de Lisboa, onde nasceu e viveu praticamente toda a sua vida». Segundo o presidente da Câmara da capital, Amália Rodrigues «projectou a imagem de Lisboa e do país em todo o mundo», lembrando, depois, as múltiplas homenagens que já lhe foram prestadas pela autarquia da sua cidade.

«Com Amália Rodrigues desapareceu um grande nome de referência para a nossa identidade cultural, para nossa terra e no mundo», acrescentou o presidente da Câmara de Lisboa.

Em sinal de profundo pesar pelo falecimento de Amália, o PS retirou a manifestações musicais de todas as suas iniciativas de campanha eleitoral. Também foi cancelada a deslocação de António Guterres, esta manhã (quinta-feira), à lota de Matosinhos.

No almoço de quarta-feira em Guimarães, bem como no comício da noite, em Braga, António Guterres pediu um minuto de silêncio em memória de Amália Rodrigues. Nesse almoço, no Pavilhão Francisco de Holanda, em Guimarães, o PS juntou mais de mil simpáticos.

ANTÓNIO GUTERRES PEDE NOVO VOTO DE CONFIANÇA AOS ELEITORES

TENHO UM SONHO E UM PROJECTO PARA PORTUGAL

António Guterres e o PS estão a fazer uma campanha eleitoral limpa, sempre pela positiva, não insultando os seus adversários. Como os socialistas partem de consciência tranquila para as eleições de domingo, apenas estão interessados em explicar as suas propostas, os seus projectos, bem como os desafios que se colocam aos portugueses. Nos últimos comícios do Porto, Coimbra e Lisboa – todos com grande dimensão –, António Guterres frisou que tem um sonho, uma visão e um projecto para Portugal, enquanto às oposições apenas lhe une o objectivo de falar mal do primeiro-ministro e do PS.

UM VOTO DE CONFIANÇA

PORTUGAL EM BÓAS MÃOS.

DOMINGO VAMOS TODOS VOTAR



A maioria absoluta

A questão em torno da legitimidade da maioria absoluta a obter pelo Partido Socialista, nas próximas eleições do dia 10 de Outubro, tem marcado os principais discursos eleitorais, tanto do PS como dos partidos da oposição e nomeadamente do PSD que já obteve duas maiorias absolutas.

Ora é precisamente o PSD que mais tem levantado a questão da legitimidade do Partido Socialista em governar, com maioria absoluta, nos próximos quatro anos.

Recusando-se à partida a qualquer garantia de viabilização dos próximos Orçamentos de Estado – instrumento fundamental para uma governação que se quer equilibrada e estável –, o PSD luta desesperadamente para que os valores das sondagens, tornados públicos durante a passada semana, não se tornem reais no próximo domingo.

Nesta sua luta sem quartel, o PSD volta a recorrer aos mais baixos argumentos para justificar, ao seu potencial eleitorado, as razões pelas quais o PS não deve ter maioria absoluta. Para este jogo, Durão socorreu-se do seu alter-ego Cavaco Silva e do fundador do PSD e agora (como sempre) potencial candidato a candidato à Presidência da República.

O PSD, em desespero de causa, já há muito que abandonou a vontade de ganhar as próximas eleições ou de sequer vir a governar Portugal. As suas baterias estão apenas voltadas para o ataque pessoal ao Partido Socialista e, nomeadamente, ao camarada António Guterres. Para Barroso, o importante é evitar a todo o custo a maioria absoluta, a estabilidade, um governo de quatro anos, uma legislatura, o desenvolvimento, o crescimento económico. Neste contexto, o PSD, pela voz do seu líder, entende, com a arrogância que caracterizou os últimos anos do cavaquismo, que apenas o seu partido pode e deve governar com maioria absoluta e que esse direito está vetado ao PS.

Esta era, aliás, a postura do PSD há quatro anos quando anunciava que sem ele o País era o caos, lembram-se? Depois foi o que se viu. E da implantação do Rendimento Mínimo Garantido em Portugal?

Afinal, Portugal desenvolveu-se e hoje está inquestionavelmente melhor. A questão da maioria absoluta é exactamente a mesma. Para o PSD apenas ele e só ele pode governar nestas condições, só ele é que tem moralidade para pedir uma maioria absoluta, os outros partidos não.

Acontece que as maiorias absolutas não se exigem, não se ganham, mas conquistam-se com os votos do povo. E, é precisamente este povo que, no próximo dia 10, irá decidir se o Partido Socialista tem ou não maioria absoluta.

Mas o Partido Socialista – ao invés da chantagem eleitoral feita por PSD –, com ou sem maioria absoluta, irá governar Portugal nos próximos quatro anos se essa for a vontade dos portugueses no próximo dia 10.



PS COMO PÓLO DE ATRACÇÃO DA ESQUERDA

A edição de 8 de Outubro de 1981 do «Acção Socialista» estava repleta de motivos de interesse.

O órgão oficial do PS reproduzia na íntegra uma entrevista do camarada Mário Soares ao «Expresso» em que o então líder do PS criticava o conservadorismo da AD e o sectarismo do PCP/APU, salientando que o PS deveria continuar a ser cada vez mais «o pólo de atracção da esquerda democrática».

O jantar comemorativo do 5de Outubro em Odivelas era também alvo de uma extensa cobertura pelo «AS». No discurso proferido perante centenas de militantes, o camarada Mário Soares afirmava: «O PS não é dos tímidos e dos calculistas, mas dos que se entregam às causas justas.» Por outro lado, duas páginas eram inteiramente dedicadas a uma extensa reportagem sobre o I Congresso Nacional das Mulheres Socialistas.

O nosso jornal dava destaque às importantes intervenções dos camaradas Mário Soares, Maria Palmira Tito de Morais, Beatriz Cal Brandão e Maria Barroso.

«As Mulheres Socialistas não precisam de

pedir licença a quem que seja para se organizar», afirmava Mário Soares, ao falar na sessão de abertura do Congresso. **J. C. C. B.**

8 de Outubro

Quem disse?

«Temos um papel a cumprir e vamos levá-lo a bom termo, contribuindo para a construção do socialismo democrático em Portugal»

Beatriz Cal Brandão



Cravinho anuncia Primeiro lanço do IC 24 pronto em Março de 2000

O primeiro lanço (Espinho-Picoto) do IC 24, a Circular Exterior do Porto (CREP), será aberto ao tráfego em Março de 2000, anunciou o ministro do Equipamento, Planeamento e Administração do Território.

João Cravinho falou em Espinho, no dia 23, durante uma visita às obras desse lanço, com uma extensão de 1250 metros, dos quais 625 são sobre viaduto duplo, a que há a acrescentar 2420 metros de nós e ligações, num custo global de 2,4 milhões de contos.

Em declarações aos jornalistas, João Cravinho negou que a visita tivesse qualquer conotação eleitoral, afirmando que «o Governo não pode parar só porque estamos perto das eleições».

João Cravinho, cabeça-de-lista socialista

por Aveiro, escusou-se a responder a críticas feitas por Marques Mendes, à frente da lista do PSD pelo mesmo distrito, afirmando que estava em Espinho «como governante e não como candidato».

No entanto, Cravinho acabou por afirmar: «Se há tanta gente a falar em estradas e a reclamá-las, é porque elas não estão feitas. É um facto que todos podem constatar.»

«Desde o momento em que se iniciam os estudos para uma estrada até à sua conclusão medeiam sempre seis ou sete anos, pelo que o Governo não pôde fazer neste mandato, em quatro ou cinco anos, tudo o que pretendia, mas se há tantas estradas a fazer é porque não foram todas feitas pelo Governo anterior», sublinhou Cravinho.

Amália Rodrigues faleceu Três dias de luto nacional

A fadista mais célebre do século faleceu, ontem, na sua casa, em Lisboa.

Amália Rodrigues, conhecida também como «a voz de Portugal», foi encontrada, já sem vida, cerca das 8 horas da manhã, no quarto onde passou a noite, na sua residência, por Lionilde de Jesus Henriques – secretária da cantora.

«Ela ontem já se encontrava indisposta», referiu Lionilde de Jesus, ressaltando que Amália não sofria de qualquer problema de saúde presentemente.

No Porto, o primeiro-ministro, António Guterres, ao saber do falecimento da can-

tora, decidiu decretar três dias de luto nacional.

No depoimento fornecido à Comunicação Social, Guterres sublinhou que «há figuras que são símbolos de um povo. Amália Rodrigues ficará na História de Portugal como um dos símbolos mais marcantes do povo português».

«Como primeiro-ministro curvo-me respeitosamente em sua memória, tendo já decidido decretar três dias de luto nacional. Aos seus familiares e amigos, apresento as minhas sentidas condolências», acrescentou o chefe de Governo socialista.

Governo quer reconverter frente ribeirinha de Almada em zona de lazer

O Governo quer transformar a frente ribeirinha de Almada numa zona de turismo, recreio e lazer, criando uma sociedade anónima de capitais públicos.

Segundo o diploma proposto pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional, uma entidade gestora anónima de capitais públicos - Sociedade de Desenvolvimento da Frente Ribeirinha Norte e Atlântica de Almada/TURISCOSTA SA - deverá promover a requalificação urbanística de edifícios e terrenos subutilizados, grande parte património do Estado, potenciando na zona actividades turísticas, culturais e desportivas.

A empresa terá um capital social inicial de 520 mil contos, subscrito pelo Estado português e pela autarquia local, estando aberto a outras entidades públicas.

O documento define como área de intervenção prioritária as antigas instalações da Companhia Portuguesa de Pescas de Olho de Boi, a fábrica de peças de artilharia Raposeira, o Forte de Alpenas, o Presídio da Trafaria, a frente urbana das praias da Costa de Caparica, a zona de Lazareto-Torre Velha e Fonte da Telha.

As restantes áreas serão determinadas pela TURISCOSTA e aprovadas pela Câmara de Almada e pelo Governo.

Azeite alentejano vai ter Centro de Estudos e Promoção

O ministro Capoulas Santos continua a prestar uma especial atenção a algumas especificidades da nossa agricultura, nomeadamente tendo em atenção a valorização de alguns produtos que pela sua intrínseca qualidade são uma mais-valia que urge defender.

Neste contexto, foi criado, por escritura pública, o Centro de Estudos do Azeite Alentejano, organismo destinado a acrescentar valor aos recursos e potencialidades acumulados ao longo da fileira oleícola e desenvolver o estudo e promoção do azeite do Alentejo.

TENHO UM SONHO E UM PROJECTO PARA PORTUGAL

António Guterres e o PS estão a fazer uma campanha eleitoral limpa, sempre pela positiva, não insultando os seus adversários. Como os socialistas partem de consciência tranquila para as eleições de domingo, apenas estão interessados em explicar as suas propostas, os seus projectos, bem como os desafios que se colocam aos portugueses. Nos últimos comícios do Porto, Coimbra e Lisboa – todos com grande dimensão –, António Guterres frisou que tem um sonho, uma visão e um projecto para Portugal, enquanto às oposições apenas lhe une o objectivo de falar mal do primeiro-ministro e do PS. Esse sonho requer maior ambição e mais responsabilização do cidadãos perante o Estado. O desafio é vencer a batalha da qualidade, numa sociedade centrada na família e com fortes princípios de solidariedade e justiça social. Entretanto, Manuel Alegre, Almeida Santos e João Soares retiraram a Cavaco Silva toda a autoridade moral para procurar dar lições de democracia ao PS e andar a levantar o fantasma do poder absoluto. Para mais vindo dele, Cavaco, conhecido pela sua arrogância e propensão para o autoritarismo.



gundo António Guterres, o PS «pede que cada português analise em consciência aquilo que foi feito nos últimos quatro anos. Se entenderem que o país está melhor, se entenderem que sou aquele que reúne melhores condições para desempenhar o cargo de primeiro-ministro, então vote no PS e em mim. Se entenderem que outros estão em melhores condições do que eu para ser primeiro-ministro, então votem em outro partido». É esta a grande questão que o líder do partido disse que se vai colocar aos eleitores.

Os eleitores, todavia, terão de ponderar o risco de, ao longo da próxima legislatura, o país poder enfrentar uma coligação negativa na Assembleia da República, derubando um Governo do PS a meio da legislatura. Nas últimas semanas, por exemplo, António Guterres revelou já ter detectado que o PSD, o PP e o PCP «apenas têm uma coisa em comum». O objectivo dos «laranjas», dos populares e dos comunistas é estarem «unidos nesta campanha para dizerem mal de mim e do PS. Pela minha parte, nunca senti a necessidade de dizer mal de ninguém, porque estou aqui para servir Portugal e os portugueses». Concluída esta ideia por parte do secretário-geral do PS, milhares de pessoas gritaram «Portugal, Portugal, Portugal».

A nossa visão de Portugal

Também em outra clara diferença perante os partidos da oposição, o secretário-geral do PS evidenciou que tem «um sonho, uma visão e um projecto para Portugal. O nosso sonho, o nosso projecto e a nossa visão é que os portugueses sejam os verdadeiros construtores de uma ambição que passa pela necessidade de o país vencer o seu atraso estrutural no espaço

nova exigência e um sentido de responsabilidade. Nós não fazemos promessas que não podemos cumprir, mas que sejam os portugueses os actores da desejada mudança», acrescentou o chefe do Governo. O projecto do PS na viragem do milénio, explicou o líder socialista, passa pela ambição de as escolas serem verdadeiramente comunidades de ensino de valores e de formação para a vida dos mais jovens, pela concessão de um papel central à família. Neste contexto, referiu que «não se quer uma sociedade de homens e mulheres isolados, em que só se pensa no dinheiro. Queremos que os portugueses olhem para o Estado não como uma fonte de subsídios, mas como um bem público a preservar e a estimar. Temos de saber exigir os nossos direitos, mas também temos de saber cumprir os nossos deveres», salientou.

A finalizar a sua intervenção no comício nacional de Lisboa, o secretário-geral do PS frisou que o partido «não quer o poder pelo poder. Queremos o poder para estabelecer um pacto de confiança, para que Portugal seja cada vez melhor e mais desenvolvido».

Comício espectacular em Coimbra

Num dos comícios mais bonitos do PS, durante a presente campanha eleitoral, nas escadas monumentais da Universidade de Coimbra, António Guterres dedicou o seu discurso aos jovens portugueses. Começou por lembrar que há quatro anos, e antes de assumir o cargo de chefe do Governo, encontrou a juventude num momento de particular insegurança. Em 1995, apenas 45 por cento dos jovens que se candidatavam ao ensino superior público conseguiam realmente entrar na Universidade. Os restantes 55 por cento, muitas vezes filhos de famílias com carências financeiras, tinham de optar por universidades privadas, pagando mensalidades extremamente elevadas.

Mas o panorama em 1995, como sublinhou o primeiro-ministro, era ainda mais negro, porque existiam cerca de 120 mil jovens desempregados e as condições para os recém-casados também se revelavam muito duras, sobretudo, para quem tentava comprar ou alugar casa própria. Quatro anos depois, esta situação, felizmente, começou a inverter-se. Neste momento, 80 por cento dos jovens que se candidatam ao ensino superior público, conseguem entrar na universidade, porque, explicou o chefe do Governo, «foi uma prioridade política» o investimento nesta área. Por outro lado, com o PS no Governo, os apoios ao nível da acção social escolar estenderam-se ao ensino privado. Para os próximos quatro anos, de acordo

Continua na página seguinte

Esta semana, de forma clara, o PS provou que consegue mobilizar mais pessoas do que qualquer um dos outros partidos, realizando grandes comícios no Porto, Coimbra, Lisboa e Braga. Mas, como as eleições apenas se ganham no próximo domingo, António Guterres, uma vez mais, vez questão de frisar que nenhum simpatizante ou militante do PS poderá descansar até ao dia do acto eleitoral. «Estamos sinceramente convencidos que o país está diferente e melhor». No entanto, «com humildade dizemos que o juiz será o povo português. Estamos de consciência tranquila. Fiz o melhor que soube para ajudar ao desenvolvimento de Portugal», declarou o secretário do PS, perante milhares de pessoas que encheram os jardins anexos à Torre de Belém, terça-feira, em Lisboa.

Depois do recado à necessidade de todos aqueles que querem um Governo socialista por mais quatro anos irem votar no próximo dia 10, o primeiro-ministro frisou que, ao contrário daquilo que aconteceu nos tempos de Cavaco Silva, o PS «não faz chantagem com o eleitorado. Não fazemos chantagem em torno da maioria absoluta como outros fizeram». Antes, se-

de uma geração. Que os portugueses de braço dado lutem, porque quem beneficiará com isso são os portugueses e as portuguesas», declarou perante a multidão que o escutava junto à Torre de Belém.

Para a próxima legislatura, um Governo socialista compromete-se a continuar a desenvolver uma nova geração de políticas sociais, que estarão centradas no papel da família. Entre outras prioridades, como salientou o primeiro-ministro, é preciso resolver os dramas da saúde, apostar de forma significativa na melhoria da requalificação das pessoas e ter empresas sólidas, modernas, competitivas, mas, igualmente, com uma forte consciência social. Até 2003, o PS tenciona ainda prosseguir com a reforma da lei eleitoral, depois de uma coligação negativa ter impedido os socialistas de melhorarem a qualidade da nossa democracia, chumbando sem qualquer justificação uma proposta de lei apresentada em 1998 pelo ministro dos Assuntos Parlamentares, António Costa. «Com tanta gente a dizer mal, com tanta intriga, é preciso dar mais qualidade à nossa democracia», referiu António Guterres, lembrando, designadamente, a importância que terá a introdução dos círculos de candidatura uninominais, reforma que possibilitará aos eleitores responsabilizarem directamente o deputado da sua zona.

Além da reforma do sistema político, o secretário-geral sublinhou que o desafio da qualidade passa pela criação de um sistema de justiça mais rápido e mais eficaz, por uma administração pública que «compreenda que o seu papel não é impor a autoridade mas servir as pessoas, acabando com o inferno da burocracia», e por uma aposta decisiva na informática, numa sociedade que se quer profundamente partilhada entre homens e mulheres. «Pedimos aos portugueses uma nova ambição, uma

Continuação

com António Guterres, a grande meta é intensificar a formação profissional, aumentar a ligação do Ensino Secundário à vertente profissional, ou seja, ao mercado de trabalho, e elevar de 12 para 25 mil os jovens em formação profissional permanente nas empresas.

Até 2003, o PS também defende uma progressiva descriminalização do consumo de droga, já que a prioridade é o tratamento e a recuperação dos toxicodependentes. Desde 1995, foram já dados passos importantes, como a criação de mais mil camas para indivíduos dependentes da droga. Ainda na área das políticas de juventude, assistiu-se na última legislatura ao fim do serviço militar obrigatório, apostando-se em alternativa na profissionalização das Forças Armadas. «Se a minha geração construiu em Portugal a democracia e a adesão do país à Comunidade Económica Europeia, à nova geração cabe a missão histórica de fazer Portugal recuperar o seu atraso estrutural face à média europeia no espaço de uma geração», afirmou o secretário-geral do PS, perante uma multidão maioritariamente jovem. Mas António Guterres também falou aos jovens de valores e de princípios. «O nosso sonho tem de ser o de edificar uma sociedade mais solidária e mais justa. É preciso dar a todos os povos do mundo uma oportunidade para o desenvolvimento».

No comício de Coimbra, o último recado foi dado para as oposições. António Guterres afirmou que os outros partidos podem estar descansados, caso o PS, como se espera, reforce a sua maioria no próximo domingo. «Podem dormir descansados e passar o dia também descansados. O PS, neste país, nunca amordaçará vozes ou manipulará consciências. Pode o país estar tranquilo, qualquer que seja a maioria, continuará a haver diálogo, concertação social e contratualização no esforço de desenvolvimento entre o Estado e a sociedade civil».

Prioridade ao Norte do País

Já no gigantesco comício realizado domingo, no Pavilhão Rosa Mota, no Porto, António Guterres optou por sublinhar o esforço desenvolvimento do actual Governo em relação ao Norte do país. No seu discurso, o chefe do Executivo lembrou que, em 1995, o Porto e o Norte do país, com razão, «estavam zangados. E essa zanga colocava em causa a unidade nacional». Por isso, segundo o secretário-geral do PS, é hoje «com orgulho que o Governo da Nova Maioria e do PS conseguiram reconciliar o Norte e o Porto com o resto do país». Também para o futuro, de acordo com o primeiro-ministro, a «região Norte será o grande motor do desenvolvimento do país e do noroeste peninsular», aposta que resultará como principal consequência uma melhoria do bem-estar geral da população portuguesa.

Entre outros progressos registados desde 1995, António Guterres falou no caso do metropolitano, em que o anterior Governo do PSD apenas tencionava construir «um centímetro» de linha «para calar a boca» aos portuenses. «Connosco houve



uma decisão e está em marcha o maior empreendimento público do país».

Para o Norte, está também prevista um nova rede ferroviária e a ligação por auto-estrada entre todas as capitais de distrito, para além de se ter assistido nos últimos anos à introdução de significativos melhoramentos no Porto de Matosinhos. Por outro lado, ao contrário da anterior política concentracionária ao nível da instalação de equipamentos, o secretário-geral do PS destacou que o maior investimento estrangeiro dos últimos anos foi colocado em Vila do Conde. «Foi feita justiça a esta região nos últimos quatro anos. O que Portugal deve ao Norte, Portugal está justamente a pagar ao Norte», afirmou o líder socialista. Num apelo ao voto no próximo domingo, o primeiro-ministro observou que os portugueses o conhecem e sabem que ele deu o melhor de si para ajudar Portugal a desenvolver-se. «Agora é o momento de voltar a pedir a vossa confiança, com humildade, para que o PS possa continuar a governar por mais quatro anos. Peço-vos a vossa ajuda. E a vossa ajuda é o voto no PS, um voto sobretudo a favor de Portugal», frisou o secretário-geral do partido,

antes de deixar um alerta a todos:

«Não acreditem nas sondagens. Todos conhecem aquelas equipas que estão a ganhar por dois a zero no final da primeira-parte e depois descansam, permitindo ao adversário que ganhe por três a dois. Dêem uma grande vitória ao PS, que nós queremos entregá-la com a nossa alma a Portugal», sustentou o primeiro-ministro.

É preciso moderar o optimismo

A primeira oradora do comício do Porto foi a medalha de ouro e campeã do mundo, Rosa Mota. Discursando de improviso, a atleta disse Ter aprendido a respeitar os adversários em competição, atitude que também estende ao capítulo da política. Recusou igualmente excessos de optimismo. E, num apelo a que se combatam triunfalismos exagerados, Rosa Mota recordou que ela só festejou vitórias depois de cortar a meta. Por sua vez, o presidente da Câmara de Matosinhos e líder do PS/Porto, Narciso Miranda, dirigiu-se à multidão para frisar que o Norte do país vai votar nos socialistas para agradecer a obra

que foi feita nos últimos quatro anos. «Nunca como agora se investiu tanto no distrito do Porto», proclamou o dirigente nacional do partido, que também advertiu as pessoas simpáticas do PS para a «ausência de vitórias antecipadas».

Finalmente, o presidente da Câmara do Porto, Fernando Gomes, realçou que o Governo cumpriu os compromissos que estabeleceu com o Norte e cujo pacto foi firmado há quatro anos atrás. «Disse António Guterres que colocaria as pessoas em primeiro lugar. Ele cumpriu essa obrigação e nós estamos agora a agradecer-lhe», sublinhou o cabeça-de-lista do PS pelo círculo eleitoral do Porto.

No Porto, Fernando Gomes também identificou a existência de dois tipos de PSD: um de Luís Filipe Menezes que reconhece a obra feita pelo Governo, o outro que fala inverdades e que coloca os interesses políticos mais mesquinhos acima dos objectivos da região Norte.

No dia seguinte, na Segunda-feira, na Figueira da Foz, Manuel Alegre respondeu às acusações de Cavaco Silva sobre os hipotéticos perigos de uma maioria absoluta socialista. «É extraordinário que Cavaco Silva pende que há maiorias absolutas más e outras boas, quando ele nem sequer pediu maiorias absolutas, mas, entes, fez chantagem junto dos portugueses.

Nós não fazemos isso e governámos com maioria relativa no Parlamento por quatro anos», contrapôs o cabeça de lista socialista pelo círculo eleitoral de Coimbra. Cavaco Silva, também segundo o vice-presidente da Assembleia da República, inventou a famosa teoria das forças do bloqueio. O PS, pelo contrário, «tem uma cultura para gerar contra-poderes de nós próprios. Nós temos o culto da liberdade, do respeito pelos outros e sempre o poder de pensar de maneira diferente», afirmou Manuel Alegre. Depois perguntou, dirigindo-se ainda ao PSD: «Quem vai dar lições de democracia ao Presidente da República Jorge Sampaio? Quem é que vai ensinar liberdade ao presidente da Assembleia da República Almeida Santos? Quem vai dar lições de humanismo e de tolerância a um primeiro-ministro chamado António Guterres?»

Também em Lisboa, terça-feira passada, o presidente da Câmara de Lisboa, João Soares, frisou que ninguém no PSD está em condições de dar lições de democracia, porque nos momentos mais difíceis, quando a liberdade esteve em causa, foi o PS quem a defendeu.

No mesmo comício de Lisboa, também o presidente da Assembleia da República e do PS se insurgiu contra a tentativa de se mentir aos portugueses, fazendo confundir deliberadamente maioria parlamentar absoluta, com poder absoluto. Para Almeida Santos, nem com Cavaco Silva, que tinha tendência autoritárias conhecidas, o país esteve com a democracia em perigo, devido à sua maioria absoluta.

No seu discurso, Almeida Santos também concluiu que a escolha dos portugueses será clara no próximo dia 10, uma vez que o Governo socialista foi melhor do que o anterior a todos os níveis e porque também são nitidamente superiores as vantagens intelectuais e humanas de António Guterres face a Durão Barroso.

RECUPERAR ATRASOS PROCESSUAIS

O Conselho de Ministros aprovou, na passada sexta-feira, dia 1, um decreto-lei que estabelece medidas de compensação para a recuperação dos atrasos processuais. A administração da Justiça é seriamente afectada pela morosidade processual, um fenómeno que se acentuou na última década, em especial devido ao aumento exponencial da litigiosidade, num ritmo sem paralelo com o dos demais Países da União Europeia.

As medidas adoptadas e a adoptar para a inflexão na excessiva duração dos processos e para, atingida situação de aceitável normalidade, prevenir o seu novo agravamento, passam, designadamente, pelo esforço acrescido do pessoal oficial de justiça, uma vez que é insustentável o cumprimento dos prazos para a prática dos actos de secretaria, que incluem numerosas diligências externas, dentro do horário legalmente estabelecido.

Neste contexto, este diploma procede à atribuição ao pessoal oficial de justiça de um suplemento de 10 por cento sobre a



respectiva remuneração, a conceder durante 11 meses por ano, e a pagar em dois termos: 5 por cento a partir de 1 de Outubro de 1999 e mais 5 por cento a partir de 1 de Janeiro de 2000.

O suplemento destina-se a compensar o trabalho de recuperação dos atrasos processuais, contemplando os funcionários colocados em lugares dos quadros das secretarias de tribunais e de serviços do

Ministério Público, podendo ainda contemplar oficiais de justiça colocados fora de tais secretarias ou serviços, mas a exercerem funções relacionadas com a finalidade do referido suplemento.

Para que o suplemento em causa produza os resultados pretendidos, instituem-se mecanismos de avaliação da produtividade do trabalho (com a consequente suspensão do pagamento do suplemento, no caso de não haver sensível recuperação dos atrasos processuais) a qual fica a cargo de uma comissão que garante um juízo imparcial e objectivo, presidida pelo presidente do Conselho dos Oficiais de Justiça (o director-geral dos Serviços Judiciários).

A referida comissão será constituída por um magistrado a indicar pelo Conselho Superior da Magistratura ou pelo Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, conforme os casos; um magistrado a indicar pelo Conselho Superior do Ministério Público; e um oficial de justiça, a indicar pelo Conselho dos Oficiais de Justiça.

APROVADA ORGÂNICA DE CENTRO CIENTÍFICO E CULTURAL

O Governo aprovou, na reunião de Conselho de Ministros realizada no dia 1, em Lisboa, um decreto-lei que fixa a orgânica do Centro Científico e Cultural de Macau.

O Centro Científico e Cultural de Macau (CCCM) foi criado em 1995 como pessoa colectiva de direito público com atribuições na área do estudo e perpetuação da memória da presença portuguesa no Extremo Oriente, de modo a permitir um melhor conhecimento da realidade e da história de Macau.

Desde a data da sua criação o Centro encontra-se a funcionar em regime de instalação, situação que se prolongará até 19 de Dezembro próximo, véspera da data em que se procederá à passagem da administração do território de Macau para a República Popular da China.

Este diploma vem criar mecanismos necessários para que o CCCM possa desenvolver de forma plena a missão para que foi criado, designadamente dotando-o de uma estrutura orgânica que viabilize o cumprimento eficaz dos objectivos que presidiram à sua criação.

Assim, nos termos do diploma, o Centro Científico e Cultural de Macau é uma pessoa colectiva de direito público dotada de



património próprio e de autonomia administrativa e financeira, sujeito à supervisão e tutela do ministro da Ciência e da Tecnologia, a ele se aplicando, enquanto instituição pública de investigação, o regime jurídico vigente para as instituições que se dedicam à investigação científica e desenvolvimento tecnológico, e que tem as seguintes atribuições:

- Contribuir para um melhor conhecimento científico sobre a presença histórica e cultural portuguesa em Macau;
- Estimular os contactos e o diálogo com as culturas orientais;
- Promover, incentivar e apoiar manifestações científicas e culturais ligadas à vivência intercultural luso-chinesa;
- Realizar e promover exposições, confe-

rências, seminários, colóquios e estudos sobre a cultura de Macau, sobre a presença portuguesa neste território e sobre as culturas orientais;

- Defender e contribuir para a preservação do património existente em Portugal que atesta a presença portuguesa em Macau e no Oriente;
- Promover a investigação em áreas relativas às relações entre Portugal e o Oriente, especialmente as que respeitem à República Popular da China ou interessam ao conhecimento e preservação da herança cultural de Macau;
- Realizar programas de divulgação científica e animação cultural e promover estudos e exposições sobre a história e a cultura de Macau e a presença dos portugueses neste território, bem como sobre outros temas ligados ao Oriente e ao diálogo com a cultura portuguesa;
- Recolher, conservar e divulgar fontes históricas disponíveis relacionados com o passado do Território de Macau;
- Celebrar acordos, protocolos e contratos com pessoas singulares ou colectivas, de natureza pública ou privada, nacionais ou estrangeiras, para a realização de tarefas de prestação de serviços que se harmonizem com a natureza e objectivos do CCCM.

CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 1 de Outubro

O Conselho de Ministros aprovou:

- Um decreto-lei que estabelece medidas de compensação para a recuperação dos atrasos processuais;
- Uma resolução que autoriza a APL - Administração do Porto de Lisboa, SA, a participar na futura Sociedade de Desenvolvimento de Timor-Leste (SDTL), mediante a subscrição de cinco mil contos do seu capital;
- Uma resolução que executa a terceira fase do processo de reprivatização da Tabaqueira - Empresa Industrial de Tabacos, SA, no que se refere à oferta pública de venda destinada a trabalhadores, pequenos subscritores e emigrantes;
- Uma resolução que autoriza a criação conjunta, pelos Ministérios dos Negócios Estrangeiros, da Administração Interna e do Trabalho e da Solidariedade, de uma Bolsa de Observadores Eleitorais;
- Um decreto-lei que fixa a orgânica do Centro Científico e Cultural de Macau;
- Um decreto-lei que estabelece as regras relativas à construção, exploração e encerramento de aterros de resíduos resultantes da actividade extractiva;
- Um decreto-lei que procede à alteração da carreira de técnicos superiores de saúde insituitiva;
- Um decreto-lei que estabelece o estatuto legal da carreira de técnicos de diagnóstico e terapêutica;
- Um decreto-lei que estabelece o regime jurídico relativo à actividade de inspecções técnicas de veículos a motor e seus reboques, designadamente quanto à auto-rização para o exercício da actividade de inspecção, à aprovação, abertura, funcionamento, suspensão e encerramento de centros de inspecção e ainda ao licenciamento dos técnicos de inspecção;
- Um decreto-lei que cria a carreira de operário altamente qualificado, integrado no grupo de pessoal operário, e estabelece as regras de ingresso e acesso, bem como as respectivas escalas salariais;
- Um diploma que altera o decreto regulamentar nº54/80, de 30 de Setembro, na parte relativa ao subsídio de residência;
- Um decreto-lei que aprova o novo Estatuto de Pessoal e Sistema de Carreiras da Direcção-Geral dos Impostos;
- Um decreto regulamentar que aplica às carreiras e categorias com designações específicas, da Direcção-Geral dos Impostos, a revalorização prevista no decreto-lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro;
- Um decreto-lei que autoriza a Imprensa Nacional - Casa da Moeda, SA, a cunhar uma moeda comemorativa de prata, alusiva a Macau, com o valor facial de 500 escudos;
- Um decreto-lei que aprova a Lei Orgânica da Inspeção-Geral do Ambiente (IGA);
- Um decreto-lei que aprova o classificador económico das receitas e despesas públicas;
- Um decreto-lei que aprova a orgânica dos Serviços Sociais do Ministério das Finanças;
- Um decreto-lei que institui o registo nacional do transportador terrestre e organiza o seu funcionamento;
- Um diploma que altera os artigos 5º e 7º da Lei do Arrendamento Rural;
- Um decreto-lei que aprova as medidas de controlo fitossanitário a adoptar, no território nacional, em relação à bactéria *Ralstonia Solanacearum* (Smith) Yabuuchi e outras, transpondo a para a ordem jurídica nacional a correspondente directiva comunitária;
- Um diploma que altera o decreto-lei que procede à reorganização do sistema médico-legal;
- Um diploma que altera o decreto-lei relativo às condições sanitárias em matéria de produção e colocação no mercado de carnes frescas de aves de capoeira;
- Um decreto-lei que estabelece as condições de polícia sanitária que regem a introdução no mercado de animais e produtos de aquicultura;
- Um decreto-lei que transpõe para a ordem jurídica portuguesa a directiva comunitária relativa ao controlo técnico dos veículos e seus reboques e regula as inspecções técnicas periódicas, para atribuição de matrícula e inspecções extraordinárias de automóveis ligeiros, pesados e reboques;
- Um decreto-lei que aprova a estrutura orgânica e define as atribuições do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF);
- Um diploma que altera a legislação relativa ao licenciamento dos laboratórios;
- Um decreto-lei que regulamenta a época de apanha de pinhas de pinheiro manso;
- Um diploma que altera o decreto-lei que aprovou a lei orgânica da Direcção-Geral de Veterinária;
- Um diploma que altera o decreto-lei que estabelece o estatuto das Agências de Desenvolvimento Regional;
- Um diploma que altera o decreto-lei que fixa os Estatutos do Instituto Nacional da Propriedade Industrial;
- Um decreto-lei que prorroga até 31 de Dezembro de 2000 o período de instalação da Escola Superior de Tecnologia, Gestão, Arte e Design das Caldas da Rainha;
- Um decreto-lei que consagra a reestruturação das carreiras de observador meteorológico e de observador geofísico do quadro de pessoal do Instituto de Meteorologia e altera o regime de recrutamento para a carreira de geofísico.

DESTAQUE - CM

Actos eleitorais

CRIADA BOLSA DE OBSERVADORES

O Executivo socialista deu luz verde à criação conjunta, pelos Ministérios dos Negócios Estrangeiros, da Administração Interna e do Trabalho e da Solidariedade, de uma Bolsa de Observadores Eleitorais. A decisão foi tomada na passada reunião de Conselho de Ministros, que decorreu, sexta-feira, dia 1, em Lisboa. Um dos grandes objectivos da política de cooperação do Estado Português é contribuir para o reforço da democracia e do Estado de Direito, salientando-se, na prossecução deste objectivo, as actividades de cooperação a nível eleitoral que têm vindo a ser desenvolvidas, nomeadamente no que concerne aos programas de assistência e de assessoria técnica nos domínios de apoio à institucionalização e funcionamento de organismos eleitorais em Países de língua oficial portuguesa e noutros Estados; apoio ao recenseamento eleitoral; apoio a actos eleitorais; e formação de técnicos da administração eleitoral. A resolução de Conselho de Ministros em questão vem alargar o âmbito da cooperação no domínio eleitoral, permitindo a criação conjunta, pelos Ministérios dos Negócios Estrangeiros (MNE), da Administração Interna (MAI) e do Trabalho e da Solidariedade (MTS), de uma Bolsa de Obser-



vadores Eleitorais constituída por jovens licenciados em número não superior a 50, que voluntariamente se inscrevam, designadamente, através das ONG para o desenvolvimento. A Bolsa de Observadores deverá intervir no âmbito da observação eleitoral e no eventual apoio na assistência técnica conduzida pela Administração Eleitoral Portuguesa de processos de recenseamento e actos eleitorais; e no apoio à estruturação de órgãos da administração eleitoral de Países de língua oficial Portuguesa e de outros Estados.

José António
 João Bento
 António Vitorino
 Miguel de Oliveira
 Rui Carlos
 José António Mendes
 José Manuel Mendes
 Francisco Manuel de Costa
 Álvaro de Albuquerque
 Maria do Socorro
 Jorge Castro
 António Bernardino
 António Bernardino
 Paulo Pereira
 Pedro António Silva
 João Vitorino
 Mariana Calvo
 Pedro Baptista
 Helena Barros Vitorino

UNIAO EUROPEIA
TRATADO DE AMSTERDAO

EUROPA
UM PROJECTO DE TODOS OS PORTUGUESES

PELO PAÍS

Governança Aberta

ADMINISTRAÇÃO EDUCATIVA

O secretário de Estado da Administração Educativa, Guilherme d'Oliveira Martins, presidiu, no passado dia 30 de Setembro, na Escola Superior de Setúbal, à abertura do II Seminário «A Publicação de Informação Educativa na Internet».



Esta iniciativa do Ministério da Educação, através do Programa «Nónio Século XXI», tem vindo a promover, desde 1997, é uma das várias medidas no domínio do desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação na Educação.

Uma dessas medidas de incentivo tem a ver com a produção de conteúdos em português na Internet, tendo-se realizado, em 1997 e 1998, Concursos Nacionais de Projectos de Informação.

Dada a importância cada vez maior da produção de conteúdos educativos, o Programa «Nónio Século XXI» entendeu realizar este ano um segundo seminário, em colaboração com o Centro de Competência Nónio da Escola Superior de Educação de Setúbal, com dois objectivos fundamentais: a análise da evolução dos projectos premiados e o proporcionar a necessária troca de experiências bem como o debate sobre as várias áreas temáticas.

O II Seminário «A Publicação de Informação Educativa na Internet», que terminou no passado dia 1, reuniu vários conferencistas portugueses e estrangeiros.

Outras informações sobre o Programa «Nónio Século XXI» podem ser obtidas através do endereço na Internet: <http://www.nonioxxi.pt>.

AGRICULTURA

A Agrupmonti (agrupamento de produtores de suínos) recebeu, no dia 30 de Setembro, o primeiro certificado português de qualidade, que oferece mais garantias aos consumidores.

A cerimónia de apresentação e entrega do certificado decorreu na passada quinta-feira, no Montijo, onde está localizada a sede do agrupamento, e foi presidida pelo ministro da Agricultura,

Capoulas Santos.

Assim, agora a carne de porco produzida pelos criadores da Agrupmonti vai passar a aparecer no mercado com um certificado de qualidade, isto é uma marca metade verde, metade vermelha, trespassada por uma linha amarela. A acompanhá-la estará a seguinte inscrição: Aprovado pelo Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas

Trata-se de uma nova medida adoptada pelo Ministério da Agricultura, que, segundo explicou Capoulas Santos visa «dar aos consumidores garantias de qualidade em relação à carne de porco portuguesa».



Perante o certificado, os consumidores poderão ter não só a certeza de que aquela carne é de qualidade, como ainda o acesso a todo o historial da mesma, uma vez que os animais passam a ser identificados e controlados desde a data do seu nascimento até ao momento em que chegam ao prato do consumidor. Esta informação passará a constar de uma base de dados informatizada.

AMBIENTE

A ministra do Ambiente, Elisa Ferreira, considerou, no dia 5, na Horta, que os investimentos que se fazem nos Açores em matéria ambiental «são mais gratificantes» do que os que se fazem no Continente, por corresponderem a uma estratégia pré-definida de preservação do sector.

Elisa Ferreira, que falava na sessão de encerramento do X Encontro Nacional de Educação Ambiental, realizado na cidade da Horta, acrescentou que, no território continental, a maior parte dos investimentos em matéria ambiental destina-se a «reparar» os erros cometidos no passado.

«Creio, pois, que todos nos aprendemos muito com esta deslocação aos Açores», salientou a titular da pasta do Ambiente, para quem a realização deste certame no arquipélago, em simultâneo com o II Encontro Regional de Educação Ambiental, corresponde a uma

estratégia de descentralização e de equilíbrio do desenvolvimento «que todos nós defendemos».



A ministra do Ambiente apelou, por outro lado, para que todos os sectores da sociedade civil, assim como as autarquias e as organizações não governamentais, colaborem no sentido de encontrarem uma estratégia e mecanismos que ajudem a criar uma nova atitude no território nacional em relação as matérias do Ambiente.

Para Elisa Ferreira, de nada serve falar às pessoas da necessidade de reclassificação da orla costeira, por exemplo, se os cidadãos teimam em manter esgotos a céu aberto. «Isto é desmoralizador», adiantou.

Segundo a governante, as preocupações em termos de educação ambiental continuam a ter um importante papel no nosso país onde, em termos ambientais, «todos são poucos».

Na opinião de Elisa Ferreira, os problemas relativos ao ordenamento da orla costeira, que fizeram parte do relatório das conclusões do IX Encontro Nacional de Educação Ambiental, têm vindo a ser resolvidos a bom ritmo, tanto no Continente como nas Regiões Autónomas.

PESCADAS

Na sequência de uma proposta da Universidade de Gestão Propesca, o secretário



de Estado das Pescas, José Apolinário, homologou 98 projectos de investimento que se distribuem por áreas diversas como o são as estruturas da pesca com acções de acompanhamento socioeconómico (atribuindo prémios fixos individuais), a da transformação e comercialização dos produtos da pesca, a da promoção dos mesmos e a do equipamento dos portos.

O investimento total atinge cerca de 1,6 milhões de contos, sendo a comparticipação nacional e comunitária da ordem dos 1,2 milhões de contos.

SEGURANÇA SOCIAL

O secretário de Estado da Segurança Social, Ribeiro Mendes, frisou, no dia 5, a necessidade de desenvolver uma «estratégia activa relativa ao envelhecimento, tanto no domínio das políticas de emprego, como no domínio da acção social, cuidados de saúde e políticas de família».



Ribeiro Mendes, que discursava no plenário da Assembleia Geral das Nações Unidas, no âmbito das comemorações do Ano Internacional das Pessoas Idosas, sublinhou que as políticas de envelhecimento devem remover os constrangimentos ao longo da vida de cada cidadão, alargando o leque de opções em domínios como o ensino, formação, emprego e saúde para preservar a autonomia na terceira idade.

No domínio dos cuidados continuados, o governante defendeu que estes devem ser considerados «como um risco social normal» e que o acesso equilibrado aos apoios domiciliários e às instituições deve garantir uma cobertura cada vez mais alargada e financeiramente sustentável.

Para o secretário de Estado, a reforma dos sistemas públicos deve ser também equacionada à luz desta estratégia de envelhecimento activo, tendo em conta o aumento da longevidade, o valor económico dos recursos humanos dos mais idosos e a necessidade de novas prestações pecuniárias.

PE

Sessão plenária

SOARES, SEGURO E CANDAL FALAM SOBRE TIMOR

Timor esteve sempre durante todos os dias ao longo da sessão plenária de Estrasburgo, tendo sido aprovada uma resolução que reconhece a vontade democraticamente expressa de criar um país independente.

A resolução insta, entre outros pontos, à criação de um tribunal internacional para julgar as atrocidades e insta também o Conselho e os Estados-membros da UE a reconhecerem o Estado de Timor-Leste e a estabelecerem as respectivas relações diplomáticas o mais rapidamente possível. No documento, pede-se também que os Estados-membros dêem o maior apoio logístico e financeiro para apoiar as forças de manutenção de paz das Nações Unidas e que a UE crie «programas de assistência económica e para a reconstrução da sociedade civil em Timor-Leste, através de uma acção comum».

Os camaradas Mário Soares, António José Seguro e Carlos Candal foram os eurodeputados socialistas que intervieram no debate sobre Timor.

O camarada Mário Soares saudou a concertação e a unanimidade de que os eurodeputados portugueses têm dado provas e o facto da resolução aprovada no plenário reflectir o repúdio manifestado



em Portugal e noutros países pela traição de Jacarta.

O camarada António José Seguro, por sua vez, associou-se à condenação da Indonésia e lembrou que o massacre do povo timorense começou logo com a ocupação do território em 1975.

Defendeu uma acção comum da UE, e considerou que a Indonésia não faz parte

da solução para Timor, antes constitui um problema.

O camarada Carlos Candal, por seu turno, disse que o impressionante espectáculo que foi a participação dos timorenses no referendo constitui uma lição de valentia e de amor à liberdade.

Destaque ainda para uma intervenção do deputado liberal holandês Jules Maaten, que pôs ao dedo na ferida de algumas consciências, ao congratular-se «por agora todo o mundo apoiar a causa timorense, que durante tantos anos só teve o apoio de Portugal».

J. C. C. B.

PE

Eurodeputados socialistas propõem

CANDIDATURA DE XANANA AO PRÉMIO SAKHAROV

Na sequência de uma proposta dos eurodeputados socialistas portugueses, o Grupo Socialista Europeu aprovou a candidatura de Xanana Gusmão ao Prémio Sakharov para a liberdade de pensamento, atribuído anualmente a personalidades que se destaquem na luta pela liberdade e direitos humanos.

Recorde-se que a selecção de candidaturas decorre em Setembro e Outubro e que o prémio é atribuído em Dezembro.

O líder da Resistência timorense é também proposto pelos restantes grupos políticos do PE.



ALIMENTAÇÃO

PAM revela

ANGOLA ENFRENTA UMA DAS PIORES TRAGÉDIAS HUMANITÁRIAS ACTUAIS

Angola enfrenta «uma das piores tragédias humanitárias actuais», com dois milhões de pessoas deslocadas e milhões ameaçadas pela fome, disse o director-adjunto do Programa Alimentar Mundial (PAM), Namanga Ngongi, após uma visita de uma semana ao país.

O PAM, que em 1999 gastou 100 milhões de dólares em Angola, tenciona lançar um apelo aos doadores para atingir os 158 milhões em 2000, visando atingir um milhão de pessoas, ou seja, metade dos angolanos que carecem de ajuda alimentar, referiu Ngongi.

Com o Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV) muito activo na região do Huambo, ascenderá a 1,5 milhões o número de pessoas que beneficiarão de auxílio humanitário, acrescentou.

De acordo com declarações feitas por Namanga Ngongi, o governo angolano comprometeu-se a dar 21 milhões de dólares de ajuda humanitária em 1999, montante que será reforçado em 2000.



«A situação dos deslocados que fugiram das zonas rurais para junto das cidades, por causa dos combates, não difere da que é vivida pelos habitantes dessas mes-

mas cidades», declarou o responsável do PAM, que descreveu a miséria e a falta de recursos tanto em Malange como no Cuito, Luena, Sumbe e Catumbela.

«E que dizer das zonas controladas pela UNITA, onde nem sabemos sequer o que se passa», referiu Ngongi.

«Gostaríamos de poder trabalhar com toda a gente», sublinhou, acrescentando que «não é satisfatório para uma organização humanitária não ter contactos com uma das partes em conflito».

Segundo Ngongi, cerca de 1,5 a 3,5 milhões de pessoas vivem actualmente nas zonas sob controlo da UNITA.

Verdadeira catástrofe

Os combates entre tropas governamentais e forças da UNITA recomeçaram em Novembro de 1998, assistindo-se de momento a uma «ofensiva maciça» das tropas de Luanda contra posições do movimento de Savimbi.

Em Paris, a organização humanitária fran-

cesa Acção Contra a Fome (ACF) afirmou também que «uma verdadeira catástrofe humana está a flagelar Angola, onde entre 700 mil a dois milhões e pessoas fugiram das zonas de combates.»

«Nas últimas semanas, equipas da ACF assistiram a uma grave deterioração da situação, reforçada pela impossibilidade das organizações humanitárias chegarem às vítimas do confronto armado que opõe as tropas governamentais à UNITA», refere um comunicado da organização divulgado em Paris.

A falta de água, de alimentos e o risco de propagação de epidemias ameaçam as populações que fogem da zona de combate (região do Bailundo, no centro do país, a cerca de 600 quilómetros a sul de Luanda), prossegue o comunicado da ACF.

Ainda segundo a organização francesa, «o desespero das pessoas deslocadas é tal que os voluntários da ACF deparam com cenas de violência nos locais de distribuição da ajuda humanitária.

RUI CUNHA REFERE QUE PORTUGAL TEM SIDO UM EXEMPLO

Portugal foi reconhecido numa reunião do secretariado das Nações Unidas como o País onde «mais se tem vivido» o Ano Internacional das Pessoas Idosas, disse no dia 1 o secretário de Estado da Inserção Social, no Porto.

Rui Cunha, que falava na abertura do Fórum Associativismo e Envelhecimento Activo para assinalar o Dia Internacional do Idoso, que se comemorou no dia 1, referiu que Portugal foi citado publicamente como exemplo, na sequência do trabalho realizado no primeiro semestre do corrente ano.

O secretário de Estado salientou o «fervilhar» de iniciativas realizadas pela Comissão Nacional para o Ano Internacional das Pessoas Idosas, presidida pelo actor Ruy de Carvalho.

«A comissão não se limitou às iniciativas oficiais, o trabalho tem-se multiplicado por todo o País com acções desenvolvidas por autarquias, associações e outras entidades», sublinhou.

Acrescentou que a política governamental para a terceira idade está a ter «resultados positivos».

O secretário de Estado referiu-se ao trabalho de sensibilização da opinião pública e das famílias para que «não aban-



donem os seus idosos», à criação de novas medidas de apoio à terceira idade e à necessidade de prolongar por muitos anos o trabalho desenvolvido neste ano Internacional das Pessoas Idosas. Rui Cunha substituiu na cerimónia de abertura do fórum o ministro do Trabalho e da Solidariedade, Ferro Rodrigues, que não pôde estar presente devido à presença em Lisboa de Xanana Gusmão. Na mensagem que enviou, Ferro

Rodrigues apontou as respostas criadas e desenvolvidas ao longo da actual legislatura, designadamente «o papel inovador» das medidas que, ao abrigo do Programa de Apoio Integrado a Idosos, do Programa Idosos em Lar, Programa Integrar, Mercado Social de Emprego ou do Rendimento Mínimo Garantido, têm sido dirigidas para este vector específico da população.

Salientou também «o modelo de interven-

ção articulada de apoio social e dos cuidados de saúde continuados, dirigidos às pessoas em situação de dependência que cria novas respostas mais adaptadas a estas pessoas, nomeadamente o apoio domiciliário integrado e as unidades de apoio integrado, complementando os centros de apoio a dependentes».

Ruy de Carvalho apelou para que os idosos «não se esqueçam de reivindicar aquilo a que têm direito» e para que sejam «cidadãos de pleno direito até ao último minuto de vida».

Idosos não são um negócio

«Para os que não o podem fazer por doença ou incapacidades várias, a obrigação cabe a toda a sociedade, mesmo aos idosos que estão no gozo das suas faculdades», sublinhou.

A poucos meses do final do Ano Internacional do Idoso, Ruy de Carvalho fez um balanço «muito positivo» do trabalho desenvolvido pela equipa da Comissão Nacional para as comemorações, manifestando «especial satisfação» por ter assistido ao encerramento de 85 lares de idosos cujo único objectivo era o negócio.

PALOP E PORTUGAL DEBATEM HABITAÇÃO

Cabo Verde tem um défice habitacional, «reflexo da fraqueza da base produtiva nacional», de entre 10 e 30 mil fogos, afirmou, no dia 4, na Cidade da Praia, o presidente do Instituto de Fomento da Habitação (IFH), Celso Fernandes.

Intervindo na II Reunião do Protocolo no Domínio da Habitação, documento assinado em Setembro de 1998 em Lisboa entre responsáveis do sector dos cinco Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e Portugal, Fernandes defendeu que o problema habitacional «deve ser erigido ao estatuto de imperativo nacional». «Integrar mais eficientemente as políticas habitacionais em políticas mais abrangentes, aprofundar a descentralização e proporcionar uma gestão urbana mais aberta e participada, adoptar políticas de crédito mais abrangentes, lançar programas de promoção e reabilitação da habitação e incentivar e apelar participação de todos os sujeitos sociais e económicos» foram algumas das sugestões do presidente do IFH.

A solução do problema habitacional, acrescentou, deve «exigir políticas de desenvolvimento económico e social adequadas, medidas e acções técnicas eficientes e eficazes e sobretudo o engajamento, a participação e a vontade expressa de toda a sociedade cabo-verdiana».

Segundo Celso Fernandes, em 1990 cerca de 85 por cento das famílias cabo-verdianas viviam em habitações unifamiliares tradicionais, não dispoem 72 por cento da população de instalações sanitárias.

Para o presidente da Câmara Municipal da Praia, Jacinto Santos, há cerca de oito anos à frente da maior autarquia do país em termos de população, a solução do problema da habitação passa pela definição de políticas que coloquem «a habitação como elemento de referência do modelo de sociedade que se pretende construir».

Só com esse tipo de políticas, disse, «podemos encontrar saídas em termos de preparação do espaço para uma sociedade socialmente equilibrada e produtora de *per si* de factores continuos de integração

das pessoas no seu *habitat*, de renovação e fortalecimento do tecido social e urbano».

Por seu turno, o presidente do Instituto Nacional de Habitação de Portugal, Eduardo Vilaça, realçou a irreversibilidade do «caminho iniciado» com a assinatura do protocolo em 1998, apontando como vantagens a «partilha de experiências e a troca de informações».

«Temos realidades diferentes mas com muitos pontos em comum, porque a habitação é um problema universal que a todos afecta de forma decisiva», disse, defendendo que estes encontros servem para «potenciar o que pode ser o desenvolvimento urbano harmonioso das cidades, com benefícios para a qualidade de vida das pessoas e das famílias».

Em declarações aos jornalistas à margem da reunião, Jacinto Santos referiu que a Câmara Municipal da Praia traçou ao longo da sua gestão um conjunto de projectos visando a reabilitação de bairros e casas degradadas no município.

«Temos duas realidades na Cidade da

Praia - uma formal, com assentamentos urbanos que beneficiaram de planeamento, e outra, em que vive mais de 50 por cento da população, de bairros degradados, com grande défice de infra-estruturas básicas e espaços públicos e com uma qualidade de vida aquém do que se considera mínimo», admitiu.

O autarca disse que dos 38 bairros da capital, foram escolhidos 17, de construção espontânea ou clandestina, para o programa de reabilitação urbana.

Segundo estimativas, a zona urbana da Cidade da Praia alberga actualmente cerca de cem mil habitantes e uma população flutuante diária de mais 15 mil pessoas.

A II Reunião do Protocolo no Domínio da Habitação, iniciada no dia 4, com a participação de delegações de Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e Portugal, terminou terça-feira, dia 5.

A sessão de encerramento esteve a cargo do ministro das Infra-estruturas e Habitação de Cabo Verde, António Joaquim Fernandes.

NOVAS TECNOLOGIAS

Português na Internet

WWW.PORTUGUES.MCT.PT

O Ministério da Ciência e da Tecnologia (MCT), que considerou área estratégica a do Processamento Computacional da Língua Portuguesa, anunciou, no dia 1, a disponibilização na Internet de recursos nesta área, para estudantes, investigadores ou simples utilizadores da língua portuguesa. O projecto encontra-se disponível em www.portugues.mct.pt

Segundo o MCT, não se trata de um simples endereço na rede, mas de um serviço público «de tal modo potente que permite, entre outras tarefas, a análise linguística a partir de mais de 40 milhões de vocábulos agrupados em *corpora*» (coleções de textos cuja compilação não foi arbitrária, desenvolvidos, neste caso, por grupos de investigação em Portugal e no estrangeiro).

«São exemplo da utilidade dos *corpora* na engenharia da linguagem o desenvolvimento de correctores ortográficos, modelos de reconhecimento de fala ou o teste de gra-



máticas computacionais», indicou o MCT. No entanto, encontra-se também em www.portugues.mct.pt informação sobre léxicos e dicionários, ferramentas computacionais, material didáctico, literatura, jornais e revistas relacionadas com o es-

tudo do português.

Os interessados encontrarão ainda dados sobre os grupos, centros e institutos de investigação da língua portuguesa, bem como sobre os projectos de investigação científica desta área (nacionais, europeus ou do resto do mundo).

O endereço facilita ainda acesso electrónico a associações, instituições, empresas, estabelecimentos de ensino e iniciativas políticas.

Um motor de busca para encontrar actores

pertinentes para o Processamento Computacional do Português completa a lista de recursos do site, que abre em simultâneo um fórum de discussão sobre esta área e um serviço de apontadores para publicações, cursos na rede, revistas especializadas, conferências ou listas electrónicas.

O Livro Branco do Desenvolvimento Científico e Tecnológico Português foi o ponto de partida para a definição dos programas operacionais (PO) «Ciência, Tecnologia, Inovação» e «Sociedade da Informação», a operacionalizar na vigência do III Quadro Comunitário de Apoio (2000-2006).

O PO «Sociedade da Informação» contempla o Tratamento Computacional da Língua Portuguesa, prevendo que será lançado um «Programa de Investigação, Desenvolvimento e Demonstração no Domínio do Tratamento Computacional da Língua Portuguesa, nas suas diversas variantes».

Refere ainda que «este programa incluirá a cooperação entre diversas áreas disciplinares (da linguística à engenharia), assim como entre instituições de investigação, universidades e empresas e apoiar-se-á em eixos de cooperação internacional capazes de levar ao desenvolvimento de produtos para o mercado mundial».

EXPO 2000

Pavilhão de Portugal

PRIMEIRA PEDRA LANÇADA EM HANÔVER

O ministro da Ciência e da Tecnologia, José Mariano Gago, deslocou-se na passada terça-feira, dia 5, a Hanôver, Alemanha, para participar na cerimónia de lançamento da primeira pedra do Pavilhão de Portugal na Expo 2000.

O ministro supervisionou, a nível governamental, a participação portuguesa em Hanôver, projecto que tem Simonetta Luz Afonso como comissária.

A Expo 2000, que decorrerá entre 1 de Junho e 31 de Outubro do próximo ano, será subordinada ao tema «Humanidade-Natureza-Tecnologia».

Concebido pelos arquitectos Siza Vieira e Souto Moura, o Pavilhão de Portugal em Hanôver, que ficará situado na principal artéria do recinto da exposição, é quase todo em cortiça, desmontável, e depois de cumprida a sua missão de embaixador-expositor regressará ao País.

O pavilhão foi apresentado em Maio (22), em Lisboa, no dia em que passou o primeiro aniversário da abertura da exposição mundial de Lisboa, numa cerimónia que contou com a presença do primeiro-ministro, António Guterres.

Na ocasião, Guterres deixou uma mensagem de tranquilidade sobre o que vai ser a participação de Portugal naquele evento, elogiando a qualidade arquitectónica do pavilhão e o «impacto estético» que terá sobre o espaço da Expo 2000.

O primeiro-ministro sublinhou que «a comparação» entre o que se faz no centro da Europa (com a Expo 2000) e o que foi feito por Portugal na Expo 98 permitirá reforçar «ainda mais o orgulho e auto-estima» dos



portugueses.

O facto de a cortiça ser a matéria-prima principal do pavilhão português em Hanôver explica-se pelo facto de este produto natural conciliar as três componentes que dão o mote à Expo 2000: a relação entre o ambiente, a tecnologia e o homem. Segundo Mariano Gago, os conteúdos do Pavilhão de Portugal em Hanôver assinalarão «a ponte» entre os portugueses que vivem no território nacional e os que residem na Europa e, também, entre a sociedade lusa e o exterior.

A primeira fase das obras de construção do Pavilhão de Portugal na Expo 2000, no valor de 277 mil contos, foi adjudicada ao consórcio luso-alemão Empreiteiros Casais de António Fernandes da Silva, SA/ Philip Holzmann AG Direktion Nord.

Acompanharam o ministro Mariano Gago na deslocação de terça-feira a Hanôver o arquitecto Souto Moura e a comissária Simonetta Luz Afonso. Estiveram igualmente presentes na cerimónia, que decorreu no local da construção, representantes da comunidade portuguesa na Alemanha.

AGRICULTURA

INE prevê

BOAS COLHEITAS EM 1999

O ano agrícola de 1999 deverá apresentar uma significativa melhoria face ao ano transacto, com aumentos de produtividade de várias culturas, segundo previsões do INE divulgadas, no passado dia 28 de Setembro.

O Estado das Culturas e Previsão de Colheitas do INE aponta para uma duplicação da produtividade das vinhas para produção de vinho face a 1998, um ano bastante mau, ficando 4 por cento acima da média do último quinquénio.

A produtividade da uva de mesa tem um acréscimo de 30 por cento, a da pêra multiplica-se por oito, a da maçã sobe 60 por cento e a do pêssego aumenta 40 por cento. A produtividade da amêndoa deverá crescer 50 por cento.

Nos cereais de Primavera/Verão, o INE prevê a manutenção das produtividades do milho de regadio e do arroz e uma ligeira subida no milho de sequeiro (mais 5 por cento).

Para os cereais de Outono/Inverno, as perspectivas são de grandes aumentos de produção: duas vezes e meia a do ano passado para o trigo, 2,8 vezes mais para a aveia, mais do dobro para o triticale, mais 70 por cento para a cevada e mais 60 por cento para o centeio.

A produção de tubérculos apresenta boa qualidade e o INE prevê um aumento de



20 por cento na produção de batata de regadio e 5 por cento na batata de sequeiro.

Quanto às culturas para a indústria, admite-se um acréscimo de 10 por cento na produtividade do tomate e uma manutenção no girassol, ficando 66 por cento acima da média do último quinquénio.

O INE, citando o Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, assinala que no fim do mês de Julho o conteúdo de água no solo apresentava valores inferiores a 10 por cento da capacidade de água utilizável, sendo a região Noroeste a excepção, com valores entre os 255 e os 40 por cento.

A percentagem de água armazenada nas albufeiras a Norte do Tejo era de 57 por cento, contra 18 por cento em igual data de 1998.



Albufeira

III Concurso de Fado Amador

No próximo dia 9 de Outubro, sábado, vai realizar-se na sede da Associação Musical e Recreio Popular de Paderne, às 21 e 30, a 1ª eliminatória do III Concurso de Fado Amador «Cidade de Albufeira». A final vai ter lugar no dia 27 de Novembro, no Auditório Municipal de Albufeira.



Cascais

Festival da Viagem

A Câmara de Cascais apoiou a criação, a partir do próximo ano e com periodicidade bianual, do Festival da Viagem, que irá abordar vários aspectos relacionados com a temática da viagem através do teatro, da música, das artes plásticas e da fotografia, da literatura e da dança.



No âmbito do festival decorrerão uma feira do livro de viagem e um ciclo de conferências sobre o tema.

Fafe

Câmara comemora o 5 de Outubro

À semelhança do que tem ocorrido regularmente desde o início dos anos 80, a Câmara Municipal de Fafe comemorou mais um aniversário da implantação da República em Portugal, que pôs termo ao regime anacrónico, caduco e hiper-cinzeno da monarquia.

O 5 de Outubro foi assinalado com um conjunto de iniciativas que se desenrolaram nos dias 4 e 5.

Destaque nestas comemorações para uma série de inaugurações realizadas na tarde do dia 5 de Outubro.

Miranda do Corvo

Antiga hospedaria vira restaurante

A Câmara Municipal de Miranda do Corvo aprovou recentemente o lançamento do concurso da segunda fase de construção do restaurante da praia fluvial da Senhora da Piedade de Tábuas, bem como o seu programa de concurso e caderno de encargos.



A primeira fase encontra-se já adjudicada e é composta por uma estrutura metálica de perfis de aço, para suporte da cobertura.

Trata-se de adaptar uma antiga hospedaria do santuário da Senhora da Piedade para restaurante, servindo este de apoio ao funcionamento da praia fluvial e também daquela infra-estrutura turística e religiosa.

Ovar

Piscina municipal reabre ao público

O presidente da Câmara Municipal de Ovar, Armando França, acompanhado de jornalistas de diversos órgãos de informação, visitou no dia 1 de Outubro a piscina municipal de Ovar.



Os visitantes percorreram em pormenor esta infra-estrutura desportiva, tendo constatado em pormenor o resultado das obras realizadas e a boa qualidade do equipamento.

Penha de França

Órgão de informação

Saiu mais um número do órgão de informação da Freguesia da Penha de França, dirigido pelo camarada João Jofre da

Fonseca Costa.

No número 13 desta publicação, referente a Setembro e de excelente aspecto gráfico, destaque para uma ampla cobertura das iniciativas de Verão promovidas pela Junta e dirigidas às crianças e idosos e ainda para uma extensa entrevista ao camarada Manuel de Oliveira Duarte, tesoureiro da Junta de Freguesia, responsável pelos pelouros da Habitação e Obras, Acção Social e Educação.



Na entrevista, o autarca do PS Manuel de Oliveira Duarte afirma que as crianças e os idosos estão no centro da política social da Junta, elogia o trabalho desenvolvido pelas instituições de solidariedade social existentes na Penha de França e revela que a sua principal motivação, enquanto autarca, é poder contribuir para a resolução dos problemas da Freguesia. Nesta edição do órgão de informação da Junta de Freguesia da Penha de França é ainda recordado o socialista Carlos Teceirão, vogal da Junta, recentemente falecido.

No editorial intitulado «Um bom amigo e um grande autarca», o presidente da Junta, João Jofre da Fonseca Costa, evoca o malgrado autarca Carlos Teceirão.

«Abdicando muitas vezes da sua vida familiar e de numerosos fins-de-semana, Carlos Teceirão dedicou-se de corpo e alma à sua actividade de autarca, tendo sempre e exclusivamente como objectivo contribuir para a melhoria da qualidade de vida na Penha de França», lê-se no Editorial.

Portimão

...E electricidade para todos

O município de Portimão já está totalmente coberto com a rede de distribuição de energia eléctrica, uma vez que a electricidade chegou ao Sítio do Sobral, Freguesia da Mexilhoeira Grande, a última localidade a ser beneficiada com o sistema.

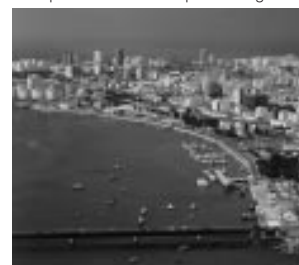
De acordo com a autarquia de Portimão, a electrificação no Sítio do Sobral contempla 40 pessoas distribuídas por dezena e meia de habitações e incluiu a execução de um posto transformador, a extensão da rede de distribuição de energia eléctrica de baixa tensão para uso dos particulares e a implantação da iluminação pública naquela zona rural do município.

A autarquia salienta ainda que uma das vantagens da extensão da rede de elec-

trificação para a população do Sobral, e a possibilidade de utilização de energia eléctrica para a exploração dos furos de água para fins agrícolas.

O custo total da obra, totalmente a cargo da Câmara, rondou os oito mil contos.

Com a cobertura total da rede de distribuição eléctrica, o município de Portimão passa a ocupar o 48º lugar no índice de desenvolvimento social a nível nacional, sendo o primeiro dos municípios do Algarve.



Santo Tirso

Dia Nacional da Água

No âmbito das comemorações do Dia Nacional da Água (1 de Outubro), a Câmara Municipal de Santo Tirso promoveu em parceria com a empresa Águas do Cávado, AS, um seminário subordinado ao tema «Os Desafios da Água».

O encerramento do seminário foi feito pelo presidente da autarquia, o socialista Joaquim Couto, que fez um pequeno balanço do que tem sido feito pelo município no que concerne ao abastecimento e à qualidade da água.

Torres Vedras

Ação de limpeza na zona da Boavista/Olheiros

A Câmara Municipal de Torres Vedras, sempre preocupada com as questões ambientais, realizou uma acção de limpeza na zona da Boavista/Olheiros (Freguesia de S. Pedro e Santiago).

A iniciativa que decorreu no dia 17 esteve inserida no âmbito da campanha «Limpar o Mundo - Limpar Portugal».

O município de Torres Vedras disponibilizou todo o equipamento necessário para a limpeza.

Vila Real de S. António

Dia Mundial da Música

A Câmara Municipal de Vila Real de S. António organizou no passado dia 3, domingo, no Centro Cultural António Aleixo, um espectáculo com o grupo Bubba Brass.

Esta iniciativa esteve inserida no âmbito das comemorações do Dia Mundial da Música. Bubba Brass é um grupo que assenta a sua formação base no tradicional quinteto de metais, neste caso enriquecido com a introdução da percussão (bateria), o que valoriza em muito o espectáculo final.

PS EM MOVIMENTO

AÇORES

Medeiros com Xanana

O primeiro candidato dos Açores do PS, camarada Medeiros Ferreira, suspendeu no dia 1 as suas actividades de campanha, para poder participar na sessão da Assembleia da República, em que esteve presente Xanana Gusmão.

O camarada Medeiros Ferreira participou nesta sessão como membro da Direcção do Grupo Parlamentar do PS e presidente da Comissão dos Assuntos Europeus.



AMADORA

Nova sede concelhia

O PS/Amadora tem uma nova sede concelhia de campanha para as eleições legislativas. A sede está situada na Avenida do Brasil, nº 62, na Amadora.

O camarada Joaquim Raposo, candidato pelo círculo de Lisboa e presidente da Câmara da Amadora, apresentou no dia 21, na cerimónia de inauguração, as propostas do PS, no âmbito do programa nacional para o próximo quadriénio.

A sede de campanha assume a liderança e a coordenação de todas as iniciativas que o PS/Amadora leva a efeito durante a campanha eleitoral.

Contactos com a população, reuniões com representantes da sociedade civil, convívios, caravanas automóveis, distribuição de propaganda, para além de um conjunto diversificado de iniciativas que estão a ser levadas a cabo em todo o território concelhio, estão a ser delineadas nesta estrutura de campanha.



COIMBRA

Alegre contra Cavaco e Santana

A campanha do PS no distrito de Coimbra tem-se pautado por um grande entusiasmo em redor dos candidatos socialistas, que aproveitam para fazer pedagogia democrática e denunciar a falta de pudor de alguns dirigentes do PSD.

É o caso, por exemplo, do camarada Manuel Alegre que no dia 4 fez um discurso violento contra Cavaco Silva e Santana Lopes, retirando-lhes autoridade moral para lançarem suspeitas de antidemocracia ao PS se tiver maioria absoluta.

No final de um almoço em Buarcos, Figueira da Foz, com António Guterres ao seu lado, Manuel Alegre colocou quatro questões: «Quem é que vai dar lições de democracia a um Presidente da República chamado Jorge Sampaio?», «Quem vai ensinar liberdade a um presidente da Assembleia da República chamado Almeida Santos?», «Quem vai dar lições de tolerância e de humanismo a um primeiro-ministro chamado António Guterres?» e «Qual Santana Lopes vem dar lições de insubordinação a uma pessoa como eu?».

Logo depois de apresentar estas interrogações, mostrou um ar de indignação, comentando: «Tenham pudor. Podem (no PSD) dormir descansados», disse, invocando, em seguida, as suas longas tradições familiares em defesa da liberdade.

«Tenho antepassados que foram enforcados e decapitados na antiga Praça Nova, no



Porto, por se terem revoltado contra o poder miguelista. Toda a minha vida foi formado na democracia e no respeito pelos outros», frisou.

Herdeiros das revoluções liberal e republicana

«Mas não venham agora os herdeiros daqueles que enforcaram e decapitaram dar lições àqueles que no PS são os herdeiros das revoluções liberal e republicana, de tudo o que há de melhor na tradição do pensamento livre em Portugal», advertiu o camarada Manuel Alegre.

Segundo o cabeça-de-lista socialista por Coimbra, os dirigentes do PSD «podem dormir descansados se o PS tiver maioria absoluta», porque o partido que está no Governo «tem uma cultura de liberdade».

«Temos essa cultura democrática entre nós mesmos. No próprio partido, haverá sempre alguém que diz não e podem estar descansados que eu não sou o único», acrescentou já no fim de uma intervenção iniciada com um ataque directo às recentes posições assumidas pelo último chefe do Governo laranja.

Manuel Alegre começou por se referir «à gente que anda por aí a dizer que há maiorias absolutas boas e outras más».

Mas o que se torna «mais extraordinário», na sua perspectiva, é que seja Cavaco Silva a sustentar essa tese, porque, por duas vezes, «não pediu maioria absoluta, mas antes fez chantagem sobre os portugueses, deixando bem claro que se iria embora» se não tivesse um resultado eleitoral dessa dimensão.

Para os socialistas não há forças de bloqueio

«Nós não fazemos isso» porque, salientou, «governámos com maioria relativa, com os votos que o povo nos deu, porque o povo é soberano e é quem manda», contrapôs o dirigente histórico socialista, que, em outra referência a Cavaco Silva, ainda lembrou a «famosa doutrina das forças de bloqueio».

«Para nós, socialistas, não há forças de bloqueio, porque temos uma cultura que gera contrapoderes dentro de nós mesmo», sustentou.

Pelo contrário, de acordo com Alegre, quem anda a dizer que «o PS quer o poder absoluto, foi quem nunca se ouviu quando havia em Portugal um ditador, quem nunca se ouviu em 1975 e quem esteve calado durante dos dez anos de poder de Cavaco Silva».

ENTRONCAMENTO

Boletim informativo

O PS/Entroncamento tem uma página na Internet. O endereço é: www.tomar.net.com/ps-entroncamento.

Por outro lado, saiu o boletim informativo desta estrutura referente a Julho, Agosto e Setembro. Chama-se «Entroncamento 2000» e tem uma completa informação sobre as actividades desta estrutura, tendo como pano de fundo a campanha eleitoral para a Assembleia da República.

O Editorial, assinado pelo camarada José Lérias, é dedicado a Timor Lorosae.

Com o título «Depoimento de um Líder», o camarada Jorge Lação assina um importante artigo.



ÉVORA

Campanha ao rubro

Évora, Viana do Alentejo e Moura. A caravana socialista que está a percorrer o distrito de Évora no âmbito da campanha para as eleições legislativas tem recebido incentivos por todos os concelhos por onde tem passado e em todos os locais visitados – lares de idosos e mercados e feiras, passando pelo contacto com o comércio e com as populações dos diversos concelhos.

«Desde o 25 de Abril já fiz mais de 20 campanhas eleitorais no distrito de Évora», lembra o camarada Capoulas Santos, cabeça-de-lista por Évora, considerando que nunca viu «tão grande entusiasmo em torno do PS, o que prova que os cidadãos do nosso distrito conhecem a mais-valia do trabalho e da obra realizada nestes quatro anos de governo». Em conversa com os agricultores, o camarada Capoulas Santos tem trocado impressões sobre o estado do sector e as perspectivas de futuro da agricultura, tendo recebido rasgados elogios à sua actuação enquanto ministro da Agricultura.

Reforçar a maioria

No dia 29, à tarde, o cabeça-de-lista do PS foi recebido por directores dos jornais de Évora.

Questionado por jornalistas sobre o que considera ser um bom resultado do PS no distrito, o camarada Capoulas Santos foi peremptório: «Alcançarmos mais um voto do que há quatro anos. Não escondo que gostaria de ver reforçada a nova maioria em Évora, contribuindo, dessa forma, para o reforço da votação nacional do PS».

PS EM MOVIMENTO

FERREIRA DO ALENTEJO **Comunicado do PS à população**

«Porque, com este Governo, temos tido sob o aspecto social estímulo e apoio como nunca tivemos com governos anteriores, o PS merece a confiança dos ferreirenses», lê-se num comunicado da Comissão Política Concelhia do PS/Ferreira do Alentejo dirigido à população do concelho.

Segundo o PS/Ferreira do Alentejo, «o cabeça-de-lista de Beja do PS é o secretário de Estado da Inserção Social, Rui Cunha, que tem sido um amigo do concelho: construção e inauguração do belíssimo Centro de Dia de canhestros, comparticipação e inauguração do Lar da 3ª Idade da Misericórdia, apoio domiciliário a idosos e deficientes, projectos de luta contra a pobreza e de apoio à recuperação e melhoria das habitações, rendimento mínimo garantido, em tudo se nota a marca humana de Rui Cunha e do Governo PS».

Por isso, adianta o comunicado, «para melhoria destas e de outras políticas, o PS necessita de governar sem constrangimentos, mas governar como é seu timbre com total respeito pelos princípios democráticos».



FIGUEIRA DA FOZ **Mega-almoço**

O camarada António Guterres prestou no dia 4 homenagem à obra de Mário Soares como primeiro-ministro e à «longa tradição de luta pela democracia» de Manuel Alegre. No final de um almoço que juntou cerca de 500 pessoas em Buarcos e num discurso sobretudo virado para os projectos e investimentos a serem concretizados na Figueira da Foz, o secretário-geral do PS pretendeu retirar protagonismo ao trabalho de Santana Lopes e lembrou a figura do fundador do seu partido e ex-Presidente da República.

«Presto homenagem ao homem que, pela primeira vez, fez obra na Figueira da Foz, Mário Soares», disse recebendo uma enorme ovação, para depois comentar: «Em política, diz-se que a memória depressa se apaga. Mas nós não esquecemos».

Guterres assegurou não esquecer que foi Mário Soares quem mandou construir «a bonita e enorme ponte», ligando as duas margens do Mondego, «num momento de enormes dificuldades, em que Portugal estava à beira da bancarrota».

«Depois de um longo período de esquecimento, é minha obrigação colocar a Figueira da Foz como prioridade nos investimentos públicos», afirmou, observando, a seguir, que já estarão adjudicadas, ou em curso, obras no valor de quatro milhões de contos só para o porto da cidade.

Após mais uma referência por ter sido este o Governo que, «pela primeira vez, também atribuiu subsídios aos pescadores (e não apenas aos armadores)», o líder socialista disse sentir «grande orgulho por ter Manuel Alegre a encabeçar a lista» do partido pelo círculo eleitoral de Coimbra.

Em relação a Manuel Alegre, segundo Guterres, «a democracia portuguesa nunca seguirá pagar a dívida que tem para ele».

António Guterres lembrou, igualmente, que o seu mandatário nacional para as eleições legislativas é o ex-reitor da Universidade de Coimbra Rui Alarcão.

GUARDA **Mega-almoço de campanha**

O camarada António José Seguro, presidente do PS/Guarda, reuniu no dia 1, num almoço em Gouveia, cerca de 1500 pessoas, numa iniciativa de campanha em que o líder do PSD foi alvo de duras críticas.

Depois de terem discursado os presidentes das câmaras de Gouveia e da Guarda, respectivamente Santinho Pacheco e Maria do Carmo Borges, Seguro, coordenador da Comissão Permanente do PS frisou que Durão Barroso já desistiu de vencer as eleições legislativas e, agora, «apenas tem como meta impedir que o PS governe com estabilidade nos próximos quatro anos».

Durão Barroso, acrescentou António José Seguro, «coloca à frente dos interesses do país os seus interesses pessoais», já que toda a estratégia do actual presidente do PSD «só tem como objectivo manter-se na liderança do seu partido».

Tal como António Guterres, na véspera, no comício de Viseu, também o camarada António José Seguro frisou o carácter «decisivo» das eleições legislativas.

Referiu que, se a abstenção for elevada, poderá estar em causa a vitalidade da demo-



cracia portuguesa e avisou que sem estabilidade política poderá ser «interrompido o actual ciclo de crescimento, desenvolvimento e melhoria do nível de vida» da população.

Olhar pelos desfavorecidos

Antes dos discursos, António José Seguro, os dirigentes e autarcas socialistas do distrito da Guarda cortaram um enorme bolo de anos e cantaram os parabéns ao PS pela passagem do quarto aniversário da vitória eleitoral de 1 de Outubro de 1995.

«Apesar de não termos aqui António Guterres, que juntaria muitos mais pessoas, mesmo assim, este é o maior almoço da presente campanha», afirmou o coordenador da Comissão Permanente do PS.

A presidente da Câmara da Guarda elogiou o actual Governo «por ter olhado pelos desfavorecidos» no distrito, combatendo o desemprego e colocando em marcha o rendimento mínimo.

Por sua vez, o autarca de Gouveia deu como adquirida a vitória do PS no distrito da Guarda e apontou a possibilidade de os socialistas elegerem três dos quatro deputados deste círculo eleitoral.

«É preciso explicar às pessoas mais conservadoras que, nas próximas eleições, só António Guterres está preparado para ser primeiro-ministro», afirmou.

LEIRIA **Ferro critica Cavaco**

O cabeça-de-lista do PS por Leiria, Ferro Rodrigues, considerou no dia 4 «extraordinário» que Cavaco Silva fale sobre os efeitos negativos da maioria absoluta, depois de «há oito anos ter dito que sem ela não governava».

«Para quem pôs em alternativa uma maioria absoluta ou a crise, é extraordinário que venha agora falar sobre os malefícios da maioria absoluta», disse Ferro Rodrigues, garantindo que o PS «está disponível para governar com qualquer maioria».

Ferro Rodrigues comentava a intervenção de Cavaco Silva, dia 3, num jantar de apoiantes do PSD, durante a qual considerou que seria um «erro grave» os eleitores darem a maioria absoluta ao PS nas eleições de 10 de Outubro.

As críticas do candidato socialista à intervenção de Cavaco Silva não se ficaram pela questão da maioria absoluta, tendo acusado o ex-líder do PSD de se ter deslocado a Leiria para «dar cobertura a uma proposta populista e demagógica», numa referência à proposta de Durão Barroso de aumentar as reformas mínimas para 40 contos.

Cavaco Silva «veio formalmente apoiar as pretensões de Durão Barroso em matéria de pensões, cuja proposta atinge 328,5 milhões de contos em 2003», disse o candidato socialista.

E acrescentou: «E estar-se-ia à espera que viesse dizer como se obtinham receitas para esta despesa».

«Não o fez, o que é estranho, sendo Cavaco Silva um economista», afirmou Ferro Rodrigues aos jornalistas em Monte Real, considerando que «não fica bem a quem teve responsabilidades governativas» o apoio a uma proposta «populista e demagógica».

Ferro Rodrigues lamentou ainda que Cavaco Silva não tenha aproveitado a sua presença em Leiria para dizer quais as ideias que tem para a reforma da Segurança Social, considerando que o ex-primeiro-ministro «está a banalizar as suas intervenções» na campanha eleitoral.

A defesa do Rendimento Mínimo Garantido, apesar do seus problemas, e a crítica a que, só quatro anos depois de sair do governo, Cavaco Silva reconheça a existência de problemas de pobreza em Portugal, «quando no seu tempo a teoria que havia era a do oásis», foram também objecto de referência durante um encontro de Ferro Rodrigues com os jornalistas.



Página na Internet

Os socialistas leirienses estão na linha da frente das novas tecnologias.

A Federação do PS/Leiria tem a sua página na Internet, com o seguinte endereço: www.lojavirtual.pt/ps-leiria.

A Federação poderá ainda ser contactada através do e-mail: ps-leiria@mail.telepac.pt.



PS EM MOVIMENTO

MACEDO DE CAVALEIROS **PS crítica má-fé de Portas**

Num comunicado, a Secção do PS de Macedo de Cavaleiros «repudia veementemente as críticas do líder do PP feitas após a visita que efectuou ao hospital distrital desta cidade sobre o apoio do Governo na área da saúde».

Para o PS/Macedo de Cavaleiros, «tais declarações são falsas, sem qualquer fundamento e demonstram um total desconhecimento da realidade hospitalar da região e do referido hospital em particular».

Os socialistas concluem que «Paulo Portas ou está mal informado ou agiu de má-fé».

MADEIRA

PS quer Jardim «out»

O cabeça-de-lista do PS pela Madeira, Mota Torres, exortou no dia 1 no Funchal o presidente do Governo Regional, Alberto João Jardim, a «abandonar a cadeira do poder».

«Vá-se embora, pois chegou a sua hora», afirmou Mota Torres, dirigindo-se ao inenarrável Jardim que lidera a região, naquele que foi o discurso mais duro que proferiu na campanha eleitoral, proferido no âmbito das comemorações do Dia Internacional do Idoso.

Para o presidente do PS/Madeira, «só se pode governar quando há sentido de responsabilidade e o presidente do Governo Regional não o tem, provocando sistematicamente com as suas afirmações os madeirenses, os portugueses do continente, a Europa e o Mundo».

«As afirmações de Alberto João Jardim apenas provam a sua irresponsabilidade, que só prejudica a Madeira e a sua autonomia», acrescentou.



Jardim igual a Salazar

Mota Torres estabeleceu depois uma comparação entre Salazar e Jardim, lembrando o que dizem os mais antigos: quando o antigo ditador subiu ao poder, em 1926, foi elogiado pela forma como susteve revoluções e estabilizou o país.

No entanto, acrescentou, «esses mais antigos também recordam que, quando chegou a hora de Salazar ir embora, ele recusou-se, sendo necessário a queda de uma cadeira para abandonar o poder».

«É tal e qual Alberto João Jardim, apenas não queremos que também ele seja atingido por uma cadeira», frisou Mota Torres, admitindo que o presidente do Governo Regional «já fez a sua obra».

Para o candidato socialista, «agora é necessário dar o lugar a outros, mais capazes e com novas ideias».

Comunicado

A propósito da posição assumida pela Câmara do Funchal e até pelo secretário regional da Educação relativamente à Estação de Biologia Marítima, a direcção do PS/Madeira emitiu no dia 30 de Setembro um comunicado, no qual refere que «se existe ânsia de protagonismo essa é da Câmara e do Governo Regional que não olha a meios para atingir os seus fins políticos. São entidades para as quais a mentira e descaramento não têm fronteiras».

Por isso, frisam os socialistas madeirenses, relativamente à Estação de Biologia Marítima como em outras obras na Madeira, «ninguém pode escamotear a atenção que o actual Governo da República, liderado por António Guterres, deu a esta obra de grande importância para a Região».

Pessoas sem nível e decência política

Para o PS/Madeira, «ignorar tal facto é próprio de pessoas fracas, sem nível e decência política».

De resto, adianta o PS/Madeira, «é o próprio comunicado da Câmara que, ao repetir as verbas avançadas pelo PS, demonstra que sem a solidariedade nacional e europeia a Estação estaria ainda por construir».

OURÉM

Comunicado da Concelhia

O presidente da Comissão Política Concelhia do PS/Ourém dirigiu uma carta ao seu homólogo do PSD, manifestando a preocupação dos socialistas «pela colocação de cartazes eleitorais do PSD no concelho de Ourém, nas árvores que ladeiam várias artérias das cidades de Ourém e Fátima, apelando para que, também na campanha eleitoral se verifique, por parte de todos os partidos políticos, um respeito pelo ambiente e pela natureza».

PENHA DE FRANÇA

Acção de campanha

No âmbito da campanha eleitoral, a Secção do PS da Penha de França levou a efeito na manhã do passado dia 2 uma acção de campanha.

No mercado de Sapadores e nas principais artérias da Freguesia da Penha de França, um grupo de militantes socialistas desta estrutura distribuiu diverso material de propagação.

No contacto com a população os militantes do PS foram recebidos com entusiasmo e tiveram oportunidade de ouvir rasgados elogios à actuação do Governo.

Esta foi mais uma iniciativa do Secretariado da Secção da Penha de França, uma das estruturas mais activas e dinâmicas do PS na área metropolitana de Lisboa.

Camarada Guterres janta amanhã com sindicalistas

Integrado na campanha eleitoral do PS a Tendência Sindical Socialista vai realizar amanhã, dia 8, um jantar com o camarada António Guterres.

O jantar terá lugar pelas 19 horas, na Quinta Dia a Dia – Casas Velhas – Charneca de Caparica/Almada, e o custo é de 1500 escudos por pessoa.

Para melhor acesso ao local a organização vai disponibilizar autocarros com partida da estação do Caminho de Ferro do Pragal/Almada, às 18 e 30.

Findo o jantar, estes autocarros acompanharão a caravana do secretário-geral até Setúbal, efectuando a viagem de retorno a Lisboa ou ao Pragal, no fim do comício que aí terá lugar.

As inscrições devem ser feitas directamente para o camarada João Queirós (telemóvel 0931 733 12 12) ou para a camarada Custódia Fernandes (telemóvel 0931 588 463) ou ainda para o fax 342 18 20 (FAUL).

Os bilhetes, contra pagamento, poderão ser levantados na FAUL ou solicitados por telefone ou fax.

É fundamental a participação de todos os sindicalistas socialistas nesta jornada de encerramento da campanha do PS.

GUTERRES

ÚLTIMO DIA DE CAMPANHA

Lisboa-10 horas- Praça Paiva

Couceiro-descida da Rua Morais Soares

17 horas- Descida do Chiado, Rua Augusta,

Terreiro do Paço

Tomada do cacilheiro para Almada

Subida da Av. Principal de Almada

COMÍCIO DE ENCERRAMENTO DA CAMPANHA

Dia 8, 21 e 30, Praça do Bocage (Setúbal)

CONSOLIDAÇÃO DAS AUTONOMIAS REGIONAIS

A inscrição, em concreto, de orientações programáticas referentes à acção do Governo da República respeitantes às Regiões Autónomas no programa eleitoral da candidatura do PS em 1995, revelou-se, no plano da sua execução, de grande importância. Tal como em 1995, fui encarregado pelo secretário-geral do PS, António Guterres – uma manifestação de confiança que deve ser registada – de elaborar a proposta de programa para a próxima legislatura (1999-2003). Essa proposta foi inteiramente acolhida e inclusivamente enriquecida por contributos do PS/Madeira. É esse texto final, parte integrante do Programa Eleitoral de Governo da República do PS que, agora, damos a conhecer. Naturalmente que, em outras áreas sectoriais do Programa, outras medidas e acções terão repercussão nos Açores e na Madeira.

Essencial à afirmação de uma democracia com mais qualidade é a consolidação das autonomias regionais dos Açores e da Madeira, que continuarão a construir elementos relevantes da afirmação da nossa própria coesão nacional.

A autonomia político-administrativa dos Açores e da Madeira, no contexto do Estado português, constitui uma das experiências de descentralização mais valiosas da ordem constitucional democrática restaurada com o 25 de Abril. Porém, um dos factores que mais perturbaram as relações entre os órgãos de governo regional e os da República e mais condicionaram a estabilidade daquelas experiências autonómicas, foi a indefinição, no decurso das últimas duas décadas, dos respectivos regimes de financiamento.

Deve-se ao Governo da República do PS a superação desse importante obstáculo, ao fazer aprovar, após negociações bem sucedidas com os governos regionais, a primeira Lei de Finanças das Regiões Autónomas, que veio estabelecer os mecanismos de financiamento dos orçamentos regionais, promover o saneamento da dívida pública daquelas regiões e possibilitar a adaptação do sistema fiscal nacional às especificidades insulares, mediante decisão das respectivas assembleias legislativas regionais.

Definidos os contornos político-administrativos das autonomias insulares, com a participação histórica e determinante do PS na Assembleia Constituinte e na Assembleia da República, coube, de novo, ao PS, completar a arquitectura dos

poderes autonómicos, concretizando em Lei os deveres recíprocos de solidariedade económica e financeira.

Bem se pode dizer, por isso, que as autonomias dos Açores e da Madeira constituem património integrante da cultura política dos socialistas portugueses.

A condição *ultraperiférica* dos Açores e da Madeira nos contextos nacional e europeu, acentuada pelas características arquipélégicas ainda mais salientes no caso dos Açores, levaram o Governo do PS a adoptar com sucesso medidas de grande alcance e a exercer uma *influência dinâmica junto das instituições europeias* no sentido da compensação dos *sobrecustos da insularidade e da distância*, bem como das especificidades supervenientes.

O impacto económico estratégico das novas condições do transporte aéreo de e para aquelas regiões e da convergência em curso do tarifário eléctrico tem sido estimulante quer para o investimento e a estrutura de custos das empresas nos dois arquipélagos, quer para a diminuição em geral do custo de vida.

À atenção do Governo da República do PS às realidades dos Açores e da Madeira esteve em particular evidência quando, na revisão do Tratado da União Europeia e nos Conselhos Europeus de Berlim e de Colónia, fez aprovar a intro-

dução de um artigo no Tratado de Amesterdão de *reconhecimento da ultraperiferia* e, posteriormente, a obrigação da Comissão Europeia elaborar, até ao final do corrente ano, um *Relatório de Medidas Específicas a adoptar para os Açores e para a Madeira*.

Procurando recuperar o *desenvolvimento anterior dos governos do PSD nos serviços do Estado nas regiões autónomas*, o Governo do PS empreendeu um *sobreesforço na melhoria das infra-estruturas e condições de financiamento* daqueles serviços, designadamente na área da Segurança e da Justiça, que *prosseguirá de acordo com o planeamento já estabelecido*.

Desde Novembro de 1996 a meados de 1998 os Açores foram perseguidos pela ocorrência sucessiva de calamidades naturais que provocaram a destruição de bens e equipamentos e a perda de vidas humanas. Em todos os casos, no cumprimento dos *deveres de solidariedade nacional* e em resposta às solicitações do Governo Regional, o Governo do PS acionou a intervenção complementar do Serviços Nacional de Protecção Civil e disponibilizou significativos meios financeiros para a *reabilitação e reconstrução das áreas e infra-estruturas afectadas*.

Finalmente, e após um longo período marcado pela instabilidade nas relações

entre as administrações central e regional, o PS orgulha-se da nova etapa que a sua acção no Governo da República proporcionou, bem como pelo cumprimento integral do anterior Programa do Governo no que se refere às regiões autónomas.

Tendo em vista prosseguir uma *acção tendente a consolidar a coesão económica e social nacional e a compensar as regiões autónomas das desvantagens resultantes da sua condição insular ultraperiférica*, o PS prosseguirá a sua acção na Assembleia e no Governo da República, no sentido de, *no quadro da Lei de Finanças das Regiões Autónomas*, dar execução, em colaboração com os governos regionais, a *projectos de interesse comum*, previstos naquela Lei, que atenuem a descentralidade económica dos Açores e da Madeira; cooperar, na observância dos poderes dos órgãos de governo próprio das regiões, na *adaptação do sistema fiscal nacional às especificidades regionais*, designadamente através da aglização dos serviços centrais da administração fiscal em ambas as regiões; assegurar, no âmbito de uma revisão da Lei nº 13-98, a *continuidade do equilíbrio estabelecido nas finanças públicas regionais e o crescimento sustentado das suas despesas de investimento*; rever a *fórmula actual de quantificação das transferên-*



cias do Orçamento do Estado para os orçamentos das regiões autónomas, no sentido de não se penalizarem as transferências por causa de investimentos efectuados na região directamente pelo Governo da República; no quadro da União Europeia: garantir a participação dos representantes dos órgãos de governo próprio nas negociações que lhe digam respeito; prosseguir no apoio à adopção de medidas específicas da União Europeia destinadas às regiões ultraperiféricas portuguesas; no quadro da articulação de competências entre a administração central e as regionais: promover a transferência de competências para os órgãos de governo próprio das regiões autónomas de licenciamento em áreas do domínio público marítimo das ilhas que não venham a ser identificadas como de interesse nacional e criar delegações do Instituto Marítimo e Portuário; assegurar a complementaridade da prestação de cuidados do serviço Nacional de Saúde, face aos serviços regionais, aos doentes evacuados para o continente para o tratamento de patologias de muito baixa incidência que obrigam ao recurso de meios especializados indisponíveis nos Açores ou na Madeira; aprofundar a colaboração entre os serviços nacional e regionais de Protecção Civil; promover a alteração da Lei de Bases do Ordenamento do Território, assegurando os poderes de iniciativa e de decisão dos órgãos de governo próprio das regiões e a adaptação dos instrumentos e figuras de planeamento às especificidades regionais; adaptar, ouvidas as assembleias e os governos regionais, o regime jurídico das empreitadas e obras públicas às condições específicas e de mercado das regiões autónomas; prosseguir as diligências diplomáticas tendentes ao acompanhamento dos casos de repatriamentos com destino aos arquipélagos e cooperar com as autoridades regionais nos respectivos processos de encaminhamento, acolhimento e inserção socioprofissional; acautelar interesses manifestados pelos Açores no âmbito das negociações e do acompanhamento do Acordo de Cooperação e Defesa entre os Estados Unidos da América e Portugal; salvaguardar as especificidades regionais junto da União Europeia em matéria de política agrícola, nomeadamente no sector da banana, de grande importância para a Madeira; acautelar os direitos de pesca na Zona Económica Exclusiva e a sua protecção; apoiar, no quadro da cooperação externa portuguesa, as acções consideradas adequadas que visam o reforço das relações entre as regiões autónomas e os países insulares de expressão portuguesa; assegurar a possibilidade de acesso directo por parte das autarquias locais das regiões autónomas aos programas estruturantes incluídos no PIDDAC (v.p. PROSIURB, PROGIP, PROSIG); reforçar a cooperação técnica entre os corpos inspectivos das regiões e a IGAT, IGF e IGAP; dar cabal cumprimento às disposições dos estatutos das regiões autónomas no que respeita às suas receitas próprias, aprofundando-se o rigor no apuramento das receitas fiscais geradas e não cobradas nas regiões autónomas;

ter em conta, na elaboração da nova Lei do Património Cultural, a situação específica das regiões, designadamente na transferência de poderes para os órgãos regionais nos termos da Constituição e dos estatutos autonómicos; fazer acom-



panhar a eventual regionalização de serviços e transferência de poderes dos correspondentes meios financeiros para fazer face aos respectivos encargos. No quadro da melhoria das acessibilidades e do apoio à superação de obstáculos estruturais: observar o princípio da continuidade territorial, assente na necessidade de corrigir as desigualdades estruturais, originadas pelo afastamento e pela insularidade, como forma de propiciar a

consagração dos direitos de cidadania das populações insulares. Promover a execução do princípio da igualdade de acesso à «sociedade da informação», estabelecendo que os custos das comunicações entre as regiões insulares e o continente português não deverão ser superiores ao custo máximo da ligação feita no território nacional continental, estender às regiões o projecto «Loja do Cidadão», e apoiar a sediação de centros tecnológicos, científicos e de investigação e programas de melhoria das infra-estruturas do ensino superior público em ambas as regiões; estudar a criação de um contingente específico para os arquipélagos no acesso à frequência dos cursos de ensino superior, não ministrados nas Regiões, ao qual poderão aceder os estudantes originários de qualquer ponto do país que se comprometem a prestar pelo menos 10 anos de serviço nos Açores ou na Madeira após a conclusão das respectivas licenciaturas; prosseguir no apoio ao serviço público de televisão e aos investimentos que visam estender aos arquipélagos a televisão digital, bem como garantir progressivamente a criação das condições indispensáveis à transmissão para as regiões autónomas das emissões de televisão não pública que garanta a igualdade de todos os portugueses no acesso a esses serviços, o que passará pelo estudo, com as empresas privadas de televisão, dos mecanismos de cooperação e articulação viabilizadores; melhorar as condições operacionais dos aeroportos das regiões autónomas, designadamente no Funchal, em Ponta Delgada, na Horta e nas Flores; criar fórmulas de combate à ultraperiféricidade no

que respeita às taxas nos portos comerciais de Lisboa e Leixões para as mercadorias com destino ou provenientes dos Açores e da Madeira, e ao tráfego local específico para o transporte de passageiros e de mercadorias inter-ilhas, e apoiar, em termos a definir, o transporte marítimo de passageiros entre as regiões autónomas e o continente; concluir o processo de convergência do tarifário eléctrico no todo nacional; estabelecer, sempre que tal se justifique pelas especificidades próprias, uma majoração dos incentivos dos sistemas nacionais quando digam respeito a projectos de interesse a executar nas regiões autónomas; apoiar, através do ICEP, a promoção turística dos Açores e da Madeira nos mercados internacionais; no quadro das obrigações directas do Governo da República: aumentar os meios afectos à fiscalização marítima e aérea das ZEE dos Açores e da Madeira, designadamente fora das seis milhas da costa, procedendo-se ao reequipamento e melhoria dos meios adequados das Forças Armadas; colaborar com a salvaguarda do património natural e arquitectónico de relevância nacional, designadamente face aos processos de eutrofização das lagoas açorianas e do tratamento ou exportação de resíduos sólidos gerados por ambas as regiões; intensificar o investimento na melhoria da situação dos serviços do Estado nas regiões, atendendo, de forma particular, à sua multiplicidade no caso das nove ilhas dos Açores, à construção e renovação de infra-estruturas, ao aumento de efectivos das polícias e à rápida instalação de tribunais e juízos já criados.

*Presidente do PS/Açores



ELEIÇÕES

Amílcar Augusto

REAGIR É AINDA MAIS PRECISO



Falar é preciso, mas reagir é ainda mais preciso. Quem cala consente e quem não se sente não é filho de boa gente, assim dizem os provérbios, e é bem verdade.

Custa-me a aceitar que se façam afirmações mentirosas e demagógicas sem qualquer reacção para se atingir e enfraquecer a motivação daqueles que lutam por uma sociedade melhor, mais justa e equitativa, desviando a atenção dos seus objectivos e atrasando importantes decisões. Chegou agora a vez da CDU que concertadamente com o PSD, pela voz de Carlos Carvalhas, vem afirmar que o PS nesta legislatura nomeou 11 mil militantes, um escândalo, numa cavalcada de poder ainda superior à do PSD durante o seu período de hegemonia.

Será que Carlos Carvalhas está bem informado? Não será que muitas das nomeações que foram feitas são de independentes encostados ao PSD e que agora demagógicamente são referenciados como tendo vivido sob a asa do PS?

Ou será que se está a deixar iludir pela demagogia dos remoçados sociais-democratas que, não satisfeitos com a situação de privilégio que ainda detêm, pretendem voltar ao poder para completar o assalto hegemónico que iniciaram no final do seu mandato?

Encaro com bastante preocupação aquilo que ouço dizer. Preocupo-me sobretudo com estas afirmações mentirosas e dema-



gógicas que impunemente se vão fazendo e que não têm em vista senão quebrar a moral dos poucos socialistas que têm oportunidade de exercer lugares de decisão.

Ao ponto de ouvir o desabafo de um amigo e camarada que se lamentava dizendo «desde que tenho um chefe socialista tenho de trabalhar o dobro do tempo, saio todos os dias tarde e quase nem tenho tempo para ver a família». Como se pelo facto de se ser socialista se tivesse de estar permanentemente a demonstrar que se é melhor do que os outros e se trabalha mais do que os outros.

A campanha de desmoralização parece que produz efeito, pelo menos nalguns círculos desta maneira. Noutros, atrasam-se nomeações, nomeando os que já estão nomeados para outros cargos, chegan-

do a mesma pessoa a ocupar três, quatro, ou cinco cargos simultaneamente. Não sei se esses também entram no cômputo de Carlos Carvalhas.

E a campanha continua voltando à carga sempre com o mesmo *slogan* sem reacção dos socialistas. Será que estamos a pensar que vozes de burro não chegam ao céu? Porém os resultados parecem satisfatórios.

Como se poderão conciliar políticas de crescimento económico, com políticas de solidariedade social, no cumprimento dos ideais socialistas, «Com razão e com o coração» com a manutenção da situação neste estágio? Se para conquistar poder, não se olham a meios, perturba-se, desvia-se atenções, criam-se climas de tensão e de desconfiança, atrasam-se grandes decisões.

A tendência natural dos pseudo-independentes que exercem poder, e são muitos, é para, em lugar de descentralizar, concentrar, cercando iniciativas desconsiderando e enxovalhando as pessoas que têm a ousadia de as tomar. Criando estruturas horizontais, para aligeirar e flexibilizar; porém, a flexibilização pretendida não é para delegar poder, incentivar criatividade e independência, orientar e desenvolver estratégias e políticas, mas sim ter à mão grupos de colaboradores que satisfaçam interesses casuísticos e pessoais.

É claro que quando se concentra o poder é necessário ter pessoas de confiança em

lugares chave. O perfil ideal para tais pessoas é o do cinismo incompetente. Neste enquadramento, os quadros socialistas preteridos, a favor de outros, amigos, ou amigos dos amigos, são chamados de incompetentes ou de perfil inadequado. Faz-me rir, já tenho idade suficiente para ter visto muita gente mudar de perfil conforme o fato que usa. Ou será que só os outros é que são competentes?

É preciso alterar este estado de coisas. É preciso não ter receio de promover competências e de denunciar o cinismo incompetente. Basta de aceitar a campanha demagógica da oposição sem reacção. De ter fama sem ter proveito.

Vive-se agora um período de aparente acalmia. As pessoas andam distraídas com as notícias que todos os dias lhes chegam dos órgãos de comunicação social sobre Timor. Mas esta é uma acalmia prenunciadora das grandes tempestades. Não nos deixemos embalar nela porque entretanto germina nos locais de trabalho e em todos os locais, a calúnia e a denúncia de actos que os outros ainda, com despudor, continuam a cometer e impunemente a responsabilizar o PS pelos mesmos.

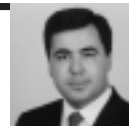
Deixemo-nos de erróneos pudores éticos e confiemos na competência dos socialistas, dando-lhes pelo menos o benefício da dúvida.

Falar é preciso, *mas reagir* é ainda mais preciso e urgente.

ELEIÇÕES

José Conde Rodrigues

CONTINUAR, COM CONFIANÇA!



Estamos envolvidos em mais um processo eleitoral. Desta vez para eleger os deputados ao Parlamento do qual, por sua vez, sairá um novo Governo para o país. Mais do que em qualquer outra eleição, é desta que a nossa vida colectiva depende. A estabilidade política, a saúde da nossa economia, a continuação do nosso desenvolvimento sustentável, dependem do Governo e da sua energia para aplicar as políticas públicas.

O actual Governo, saído das eleições de 1995, governou sem maioria absoluta, mas conseguiu consensos que lhe permitiram concretizar a legislatura com sucesso como atestam as mais recentes sondagens.

Naturalmente que, face à ausência da maioria absoluta, teve de negociar no Parlamento, bem como com os parceiros sociais. O compromisso foi evidente em muitos casos.

Ainda assim, não foi o Governo que deixou de apresentar as reformas estruturais ainda necessárias. Foi a oposição que,

face à apresentação dessas reformas, sempre se apresentou como uma barreira, muitas vezes, sem qualquer sentido construtivo.

Na oposição, a politiquice reinou sobre a política, os «pequenos» interesses estiveram acima do interesse nacional. E são vários os exemplos que se podem apresentar desse comportamento:

Desde logo, a revisão da Constituição e a mudança do sistema eleitoral, onde o PSD bloqueou a mudança; depois a reforma do sistema de Segurança Social, onde a proposta apresentada pelo Governo não conseguiu passar no Parlamento; depois a reforma fiscal, onde o PSD sempre se opôs às mudanças para uma maior justiça (ainda se lembram do cartaz do Marcelo com a «pena máxima para a colecta mínima»?); com a regionalização e a consequente reforma administrativa do Estado o resultado não foi melhor, o PSD, que sempre foi favorável ao tema quando Governo, mudou tacticamente de opinião. Enfim, muitos outros exemplos poderíamos citar, onde a oposição afirma a

falta de propostas do Governo, quando foi ela que não deixou que essas reformas avançassem.

Contudo, mesmo com esses obstáculos, a verdade é que Portugal conseguiu, durante estes quatro anos, melhorar a sua economia, com o consequente crescimento da mesma (PIB) sempre acima dos anteriores quatro anos e mesmo da média da União Europeia. O desemprego é dos mais baixos da Europa dos Quinze, tendo descido para menos de metade face ao período do anterior Governo do PSD. O investimento português no estrangeiro cresceu. A dívida pública baixou e entrámos na moeda única (quando a oposição não acreditava ser possível), assegurando-nos um futuro financeiro mais tranquilo; Fizemos a EXPO com enorme sucesso, inaugurou-se a Ponte Vasco da Gama, o comboio na Ponte 25 de Abril e a extensão do Metro. Mas também se «limpou» o país com um investimento de 720 milhões de contos no ambiente (melhor água, tratamento de esgotos e o fim das lixeiras), ou ainda o investimento na infân-

cia e terceira idade, com pré-escolas e centros de dia.

A estes exemplos se podem juntar ainda a resolução da questão de Timor (já com 25 anos de estagnação), ou a boa negociação na União Europeia, com mais 4500 milhões de contos para obras, nos próximos seis anos.

Não se fez tudo, não se resolveram todos os problemas. É verdade. Haverá mesmo áreas onde é necessário fazer mais rápido e melhor. Mas, nem os problemas acabam em democracia, pois as necessidades estão sempre a surgir, face a cidadãos cada vez mais exigentes, nem em quatro anos é possível fazer tudo. A gestão precisa de tempo para decidir e tempo para executar.

Uma coisa é, porém, para mim clara e penso que para todos os eleitores também. É preciso continuar este trabalho, dando uma nova oportunidade ao Partido Socialista no próximo dia 10 de Outubro.

Os Portugueses querem continuar no bom caminho e tem confiança no Eng. António Guterres.

PARTIDO

Mercelino Cardoso

RECONHECER O MÉRITO DE MILHARES DE MILITANTES

A medida que se aproxima o próximo acto eleitoral, nota-se já um certo frenesim com algumas pessoas a *mostrarem-se* e a pôr-se em bicos de pés, ou até a ocupar os lugares da frente de qualquer reunião que haja, a acompanhar qualquer membro do governo ou das cúpulas do Partido. Quanto a validade, muito, muito poucas. De há muito que defendo o princípio de que a carreira política, salvo algumas excepções, deveria ser como, por exemplo, a carreira militar, ou em muitos casos da função pública, onde se começa do zero, normalmente por funções mais trabalhosas e menos remuneradas, seguindo-se-lhes a promoção a outras funções mais qualificadas, chefias, etc. Quero com isto dizer – e esta opinião é partilhada por muitíssimas pessoas de bom senso – que muito apreciaria que no Partido Socialista se reconhecesse *efectivamente* o mérito de centenas ou milhares de militantes que, denodadamente, sem quaisquer ajudas monetárias, têm lutado e defendido as ideias do Socialismo Democrático, nas secções, nos núcleos, nas autarquias etc. Salvo raras excepções, repito, qualquer militante minimamente capaz e competente para represen-



tar o Partido em actos eleitorais teria, *obrigatoriamente*, que fazer, um determinado percurso, no mínimo, um mandato numa assembleia de freguesia ou junta de freguesia, e só depois poderia ser candidato aos órgãos municipais, depois à Assembleia da República e, finalmente, ao Parlamento Europeu. Para cargos de governação, bem isso só um bom currículo, sem cunhas, sem ofertas de almoços ou jantares!

Com tal metodologia, haveria assim pessoas preparadas, com mais conhecimentos de causas e dos problemas que tivessem que discutir e analisar no órgão em que estivesse integrado.

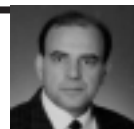
Outro factor importante. O cabeça-de-lista e os que se lhe seguem previsivelmente ilegíveis para as câmaras municipais, deveriam ser escolhidos e votados, pelos menos, por todos os autarcas do respectivo concelho, para que houvesse uma melhor conjugação de esforços e apoios entre órgãos municipais e das freguesias por parte de todos os eleitos do Partido.

Estas ideias, resumidamente aqui apresentadas, se postas em prática, motivarão, decerto os militantes ou simples apoiantes e darão um forte contributo no combate à abstenção.

SAÚDE

João da Costa Nóbrega

OS DÉFICES DE EFICIÊNCIA, HUMANIZAÇÃO E COERÊNCIA POLÍTICA



Os recursos técnicos e humanos do SNS representam um esforço económico para servir os cidadãos. Todos estamos de acordo que a percentagem do PIB para a saúde ainda não é igual à que se aplica noutros países. Mas também estamos de acordo que as verbas postas à disposição do SNS estão mal geridas. Com o que se distribui, actualmente, será possível mais e melhor. Como?

As pontas das meada são claramente expressas na proposta de reforma designada SNS 21.

Todos nós ouvimos falar no milagre japonês, todos ouvimos falar em garantia de qualidade, melhoria da qualidade e gestão pela qualidade total. Permita então que lhe pergunte se sabe que é um cliente? Como sei que sabe deixe-me que só o conservamos se o satisfizermos. Para medir essa satisfação teremos de lhe perguntar se o produto que oferecemos corresponde ao prometido, às suas necessidades, e melhor seria ainda se o encantássemos. É mesmo o caminho mais seguro o de o fidelizarmos. Como vemos é colocando o cidadão no



centro do sistema que o nosso milagre na saúde pode acontecer.

As diferentes organizações do SNS terão de olhar para os clientes externos, sem

esquecer que o serviço é prestado pelos clientes internos. Ou seja, ambos têm de ser satisfeitos, para serem fiéis como clientes. Aqui o SNS 21 propõe efectivamente,

não mudar dentro do sistema mas mudar o sistema. Porquê? É que a gestão pela qualidade total passa pelo empenhamento do topo até à base e não o inverso. A gestão autocrática, sem delegação de competências, sem participação, sem partilha, conduz sempre a maior ineficiência do sistema. Para se poder ter a colaboração dos clientes internos há que saber explicar as opções feitas e para se poder ser transparente nas opções é essencial haver planeamento. Há que saber para onde se vai e porque se vai por ali.

Algo está mal quando ainda há hospitais sem gabinete do utente, sem conselho geral ou sem este funcionar. Não chega o discurso de centrar o sistema no cidadão.

É necessário que das grandes às pequenas opções, ele seja o preferido. Não por qualquer atributo especial, como ter ou não ter dinheiro, mas apenas por ser cidadão. Eu sei que tudo isto pode parecer muito vago. Sei também que me entendeu claramente. Só com defesa dos seus direitos consegue garanti-los. Olhe que esta proposta do SNS 21 vai permitir mudar o sistema, mas sem si ninguém muda nada.



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Leitura em Albufeira

A cerimónia de entrega de prémios da acção de promoção da leitura «Faro – Capital da Leitura'99» realiza-se, amanhã, pelas 21 e 30, no Auditório Municipal.

À mesma hora mas no dia seguinte, sábado, não perca o III Concurso de Fado Amador «Cidade de Albufeira», que decorrerá na Associação Musical e Recreio Popular de Paderne.

«Sopros» na Amadora

As pinturas de Artur Bual estarão patentes ao público na Galeria do mesmo nome, até ao dia 17. A mostra intitula-se «Sopros de Ser».

Fotos em Braga

O fotógrafo Zhi-He, que se encontra em Portugal há três meses, tem patente, na Casa dos Crivos, uma exposição de fotografia sobre a realidade e a sociedade chinesas.

O artista chinês descobriu muitas semelhanças entre Portugal e o seu país, em termos de grandeza histórica e patrimonial. As imagens de Sun Zhi-He retratam a vida quotidiana dos chineses das cidades, a variedade paisagística e da natureza do país, mas também as artes, a caligrafia e as manifestações artísticas do povo.

Teatro em Coimbra

Estreia, hoje, às 21 e 45, na Escola da Noite, a peça teatral de Milan Kundera, «Jacques e o seu amor».

Esta peça estará em cena, até 6 de Novembro, de quartas-feiras a sábados, no referido horário.

A abertura da exposição de desenhos e colagens de Lopes da Cruz está marcada para hoje, pelas 18 horas, na Sala da Cidade.

Amanhã, a partir das 18 e 30, mais uma mostra será inaugurada, desta feita trata-se da exposição evocativa do 20º aniversário da Associação de Veteranos da Associação Académica de Coimbra, que ficará patente, até dia 30, na Casa da Cultura. Também amanhã será lançada a obra «Poesia para Timor Lorosae». Trata-se de uma edição de vários autores a favor da causa do povo maubere.

A cerimónia de apresentação pública deste livro de poemas está agendada para as 21 e 30, na Casa Municipal da Cultura.

Cinema em Faro

O cinema Santo António exhibe, nas sessões das 16 horas e das 21 e 30, o filme de George Lucas «Star Wars – Episódio 1 – A Ameaça Fantasma».

O Golden City aposta nas comédias. Na sala 2 poderá ver «Austin Powers: O Espião Irresistível» (sessões: 14 e 10, 16 e 20, 18 e 40, e 24 horas).

«Notting Hill», com Julia Roberts e Hugh Grant, nos principais papéis, é exibida na Sala 3 às 14 horas, 16 e 40, 19 e 29, 22, e 24 e 20.

«Noches Calientes» em Guimarães

«América Proibida» é o novo filme de Tony Kaye que poderá ver, hoje, no grande ecrã do Auditório da Universidade do Minho, a partir das 21 e 30.

O Cinema São Mamede exhibe, até dia 10, o filme mais recente do cineasta Rick McCallum, «Star Wars».

No âmbito das comemorações do Dia Mundial da Música (1 de Outubro), os agrupamentos Seraphitus, Habeas Corpus e Divergência actuarão, amanhã, a partir das 23 e 30, no Carramão Café Concerto.

As «Noches Calientes» poderão ser experienciadas no Ultimatum – Catés Jazz Café, amanhã mesmo, às 23 horas.

Para os mais pequeninos o espaço cultural «Hora do Conto» traz «A Pintadinha», de Ana Maria Martins, na quarta-feira, dia 13, às 11 horas.

Danças em Lisboa

A partir de hoje e até domingo, dia 10, o Pavilhão Atlântico é palco para o «maior espectáculo sobre gelo do mundo». Trata-se do «Holiday on Ice», sem dúvida um belo e divertido momento de dança acrobática.

O «Auto da Índia», de Gil Vicente, estará em cena, a partir de hoje e até ao dia 23, no Belém Clube, todas as quintas e sextas-feiras, às 16 horas, e aos sábados, pelas 21 e 30.

Amanhã debutam nas salas de cinema alfacinhas a fita de Raoul Ruiz, «O Tempo Reencontrado», e o filme de Kelly Makin, «Mickey Blue Eyes».

Quando se completam dez anos após a constituição da Companhia de Dança de Joaquín Ruiz, esta apresenta-se, de amanhã até domingo, às 21 e 30, no Grande Auditório do Centro Cultural de Belém, numa nova criação que aglutina experiências anteriores com um espírito artístico inovador e maduro intitulada «Flamenco & Mediterrâneo».

A partir do dia 13 e até ao dia 15, a Aula Magna da Reitoria da Universidade de Lisboa será palco de uma conferência/colóquio sobre «História da Cultura e das Mentalidades», a cargo da Associação de Professores de História.

Pintura em Matosinhos

As obras do pintor Arlindo Pinto Meira poderão ser apreciadas a partir de amanhã, sexta-feira, até ao dia 8 de Novembro, na Galeria Arménio Losa.

Seminário em Ovar

O seminário «Sociedade para Todos» decorre, amanhã, dia 8, e no sábado, dia 9,

no Auditório do Orfeão, entre as 9 e as 18 horas, sensivelmente.

Mostra em Portimão

A mostra «O Valor do Dinheiro» encontra-se aberta ao público, na Sala de Exposições Temporárias do Museu Municipal, até ao dia 13, quarta-feira.

Teatro no Porto

O Teatro Nacional de São João foi o local escolhido para a recriar «O que diz Molero», uma peça de Dinis Machado que permanecerá em cena até ao dia 17.

Também até ao dia 17 esperarão pela sua visita as mostra fotográficas patentes no Centro Português de Fotografia «Eva Besny – Uma Retrospectiva» e «Judite Santos – Olhares de Prisão».

Música em Santarém

O agrupamento musical Ala dos Namorados actua, hoje, às 22 horas, no Centro Nacional de Exposições.

Braamcamp em Portimão

A Biblioteca Municipal da Tapada das Mercês alberga, até ao dia 15, a exposição «Anselmo Braamcamp Freire», o primeiro presidente republicano da edilidade lisboeta.

A mostra pode ser visitada, de segunda a sexta-feira, das 9 e 30 às 12 e 30, bem como aos sábados, entre as 15 e as 19 horas.

Exposições em Vila Franca de Xira

A mostra «Tertúlias e outros lugares da tauromaquia» encontra-se patente, até amanhã, no Celeiro da Patriarcal.

Até ao dia 17 poderá apreciar os desenhos de Pedro Godinho, em exibição na Galeria Municipal de Exposições do Café Central.

Feira em Vila Real de Santo António

A cidade assiste, entre os dias 10 e 15, à edição deste ano da Feira da Praia, uma das maiores feiras tradicionais que se realizam na região algarvia.

O certame ocupará toda a avenida marginal e parte da zona comercial da cidade.

Jazz
«Travelling Miles»
CASSANDRA WILSON
 12 de Outubro, 21h30
 Grande Auditório
 Centro Cultural de Belém

SUGESTÃO

EMBONDEIRO

O Teatrão - Teatro para a Infância de Coimbra estreia, no dia 11, a peça «O Embondeiro que Sonhava Pássaros», um texto do escritor moçambicano Mia Couto, com encenação e adaptação dramática de José Caldas.

«O Embondeiro», de Mia Couto, parece simbolizar a sabedoria dos ciclos da natureza que integram a vida e a morte. «Parece mostrar que o domínio da actividade humana é o aqui e agora do mundo terrestre e não uma eternidade etérea», disse o encenador brasileiro.

O texto, segundo José Caldas, «agudiza poeticamente» a problemática do racismo e xenofobia, que «transcende a mera denúncia e nos abre horizontes insuspeitados».

O acompanhamento musical da peça é realizado ao vivo sob a direcção de Tiilke Coelho.

«O Embondeiro» é produzido pelo Teatrão, que iniciou a sua actividade, em 1994, como companhia profissional de teatro para a infância, utilizando o Colégio de São Teotónio para as suas realizações culturais.

A peça será apresentada, em sessões diárias para as escolas, entre 12 de Outubro e 30 de Novembro.

Para o público em geral, o espectáculo realiza-se às sextas-feiras, às 21 e 30, a partir do dia 15 e até 26 de Novembro.

POEMA DA SEMANA

Fraternidade

A Xanana Gusmão

que nome outro
 lhe hei-de eu dar
 senão
 o nome de
 cristo o torto?

que nome outro
 lhe hei-de eu dar
 senão
 o nome de
 cristo o velho?

que nome outro
 lhe hei-de eu dar
 senão
 o nome de
 cristo o louco?

que nome outro
 lhe hei-de eu dar
 senão
 o nome de
 cristo o belo?

que nome outro
 lhe hei-de eu dar?

o meu receio de empobrecê-lo.

Carlos Carranca



NAS VÉSPERAS DAS LEGISLATIVAS

A vitória do PS nas próximas eleições legislativas parece tão clara que devemos estar muito atentos à necessidade de fortíssima mobilização para que toda a gente vá votar. As perspectivas antecipadas de vitória têm este risco: a hipótese de se facilitar excessivamente.

A votação no PS terá que ser muito significativa para que o próximo Governo de António Guterres não venha a sofrer os efeitos das coligações negativas que frequentemente ocorreram na Assembleia da República, impedindo ou dificultando a concretização de medidas significativas. A experiência ganha durante esta legislatura com a acção governamental, parlamentar e na Administração Pública, merecendo um forte apoio popular, permitirá uma governação ainda mais eficaz, no sentido de uma mais aprofundada concretização de uma política de desenvolvimento económico, de solidariedade social, de equilíbrio financeiro, de promoção do emprego, de aperfeiçoamento dos sistemas de saúde e de cooperação internacional.

Apesar de o nosso esforço, nos últimos dias, se dever centrar no combate ao principal adversário, a abstenção, há propostas oposicionistas que não podem passar sem reparos.

A fragilidade e superficialidade das propostas eleitorais do PSD evidencia-se nos próprios cinco compromissos eleitorais apresentados. Para além da inconsistência e incoerência das propostas feitas no domínio económico e na área fiscal, o patético compromisso relativo à melhoria do ensino das ciências e da matemática é simultaneamente uma autocritica quanto à ineficiência de boa parte da governação do PSD na educação e uma reposta tibia e frouxa ao inovador Programa do PS no domínio da sociedade da informação e da comunicação. Os generais do PSD estão com uma guerra de atraso.

Quanto ao Programa do PCP, evidencia-se com clareza a sua ambição de estatizar a economia. Para além do conjunto de propostas anódinas ou banais e de outras vagas ou de difícil concretização, o PCP propõe «o fim do processo de

privatizações, incluindo o cancelamento imediato de todos os processos em curso» bem como «o reforço do papel do Estado nos sectores básicos e estratégicos, reapreciando inclusive privatizações que ultrapassaram os 50% do capital das empresas». Enfim, o que os comunistas portugueses pretendem é voltar a criar turbulências negativas na economia, reduzir o emprego e que se abandone o conceito de Estado regulador de uma sociedade desenvolvida e solidária para o de Estado-patrão numa sociedade que retomaria o caminho do colectivismo. A quem redigiu o Programa Eleitoral do PCP não chegaram ainda as notícias da queda do muro de Berlim.

Toda esta análise bem como a reflexão sobre a estratégia e o funcionamento do Governo do PS, dirigido por António Guterres, devem ser elementos complementares de mobilização para uma vitória eleitoral. Que os cidadãos afirmem nas urnas o seu desejo de entrar no próximo milénio com um governo e uma política de solidariedade e de desenvolvimento.

«Os portugueses querem um governo PS por quatro anos e não um governo que possa ser derrubado por uma coligação negativa do PSD, PCP e PP por muito diferentes que sejam as suas políticas»
António Guterres

«Há alguém em Portugal que imagine que eu seja capaz de construir um poder absoluto e usar esse poder absoluto contra os direitos dos cidadãos?»
Idem

«A única coisa que une os partidos da oposição, nesta campanha, foi gasta a dizer mal de mim e do PS»
Idem

«Em dez anos, o PSD fez zero, zero, zero»
João Cravinho

«Quem é que vai dar lições de democracia a um Presidente da República chamado Jorge Sampaio? Quem vai ensinar a liberdade a um presidente da Assembleia da República chamado Almeida Santos? Quem vai dar lições de tolerância e de humanismo a um primeiro-ministro chamado António Guterres?»
Manuel Alegre

«Não venham agora os herdeiros daqueles que enforcaram e decapitaram dar lições àqueles que no PS são os herdeiros das revoluções liberal e republicana, de tudo o que há de melhor na tradição do pensamento livre em Portugal»
Idem



Por favor remeter este cupão para:
Portugal Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:
Acção Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

Acção Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director
Fernando de Sousa
Redacção
J.C. Castelo Branco
Mary Rodrigues
Colaboração
Rui Perdigão
Secretariado
Sandra Anjos
Paginação electrónica
Francisco Sandoval
Edição electrónica
Joaquim Soares
José Raimundo

Redacção
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Administração e Expedição
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido
Depósito legal N.º 21339/88. ISSN: 0871-102X
Impressão Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26, Dafundo
1495 Lisboa **Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz